

Balbim, Renato; Becker, Maria Fernanda; Cassiolato, Martha; Krause, Cleandro;
Nadalin, Vanessa

Working Paper

Meta-avaliação: Estudos e proposições metodológicas a partir da avaliação de políticas de urbanização de assentamentos precários

Texto para Discussão, No. 1704

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Balbim, Renato; Becker, Maria Fernanda; Cassiolato, Martha; Krause, Cleandro; Nadalin, Vanessa (2012) : Meta-avaliação: Estudos e proposições metodológicas a partir da avaliação de políticas de urbanização de assentamentos precários, Texto para Discussão, No. 1704, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/91249>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

1704

TEXTO PARA DISCUSSÃO

META-AVALIAÇÃO: ESTUDOS E PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS A PARTIR DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Renato Balbim
Maria Fernanda Becker
Martha Cassiolato
Cleandro Krause
Vanessa Nadalin

**META-AVALIAÇÃO: ESTUDOS E PROPOSIÇÕES
METODOLÓGICAS A PARTIR DA AVALIAÇÃO
DE POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO DE
ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS**

Renato Balbim*

Maria Fernanda Becker**

Martha Cassiolato***

Cleandro Krause*

Vanessa Nadalin*

*Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

** Assistente de Pesquisa do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Ipea.

*** Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ISSN 1415-4765

JEL: H11; H40; H54

SUMÁRIO

SINOPSE

1 INTRODUÇÃO	7
2 O QUE É META-AVALIAÇÃO	10
3 METODOLOGIA E ETAPAS DO TRABALHO	14
4 META-AVALIAÇÃO PARA O CONTROLE DE QUALIDADE: SELEÇÃO DOS MELHORES RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO	16
5 META-AVALIAÇÃO PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS: ANÁLISE DA MATRIZ DE INDICADORES DO NORMATIVO DE AVALIAÇÃO	29
6 CONCLUSÕES	48
REFERÊNCIAS	55
ANEXOS	57

SINOPSE

O texto apresenta uma proposta metodológica de meta-avaliação e sua aplicação ao processo de avaliação de intervenções de urbanização de assentamentos precários realizadas no âmbito do Programa Habitar Brasil-BID (HBB) do Ministério das Cidades (MCidades). Inicialmente as atividades consistiram em uma forma de meta-avaliação voltada ao controle da qualidade de cada avaliação, tendo sido analisados 27 relatórios de avaliação pós-ocupação frente a padrões de qualidade adotados internacionalmente. Parte dos relatórios foi assim selecionada para que, na etapa seguinte, fosse realizada a análise da aplicação da matriz de indicadores que orienta a elaboração dos relatórios e que integra as normas do HBB. Com isso, realizou-se uma forma de meta-avaliação do próprio processo de avaliação, que amplia a compreensão da função de avaliação no ciclo da política e que contribui para o aperfeiçoamento de tal função em outros programas similares, como, por exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em seu eixo de urbanização de assentamentos precários. Com efeito, puderam ser destacadas características que constituem tanto pontos positivos como negativos do processo de avaliação, e foram formuladas diversas orientações para o aprimoramento de avaliações, sejam gerais, para políticas sociais e urbanas, como específicas, para ações de urbanização de assentamentos precários.

1 INTRODUÇÃO

Este texto apresenta uma proposta metodológica de meta-avaliação e sua aplicação ao processo de avaliação de intervenções de urbanização de assentamentos precários realizadas no âmbito do Programa Habitar Brasil-Banco Interamericano de Desenvolvimento (HBB-BID) do Ministério das Cidades (MCidades). A utilização da meta-avaliação possibilita verificar a qualidade de um processo avaliativo já desenvolvido por outros atores, permitindo que se faça um julgamento do valor daquele processo. Com isto, o procedimento mostra-se útil para os formuladores da política pública, pois oferece subsídios para revisão e aprimoramento da própria avaliação.

O estudo foi desenvolvido por um grupo de pesquisadores de diferentes formações (economistas, arquitetos e geógrafos), autores do presente documento e reunidos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em torno de pesquisas que buscam aprimorar os processos de avaliação de políticas de desenvolvimento urbano em geral, e de urbanização de favelas em particular.

A proposta de metodologia aqui apresentada foi desenvolvida e aplicada no contexto de uma parceria com o MCidades, para realizar a sistematização de informações de relatórios de avaliação de pós-ocupação de assentamentos urbanos precários que receberam melhorias do Programa HBB durante a primeira década dos anos 2000. São ao todo 27 relatórios¹ de avaliação de pós-ocupação de intervenções realizadas no âmbito do Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS) daquele programa, implantado pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (Sedu-PR) no período de 1999 a 2002 e pelo MCidades no período de 2003 a 2010.² Os relatórios de avaliação de pós-ocupação de intervenções em assentamentos precários citados nesta pesquisa encontram-se disponíveis para livre consulta no sítio eletrônico do MCidades.³

1. Podemos considerar 24 avaliações, pois dos 27 relatórios 3 são resumos de relatórios mais detalhados sobre a mesma avaliação.

2. Além do Subprograma UAS, o Programa HBB contou com o Subprograma de Desenvolvimento Institucional (DI), o qual não é objeto de análise deste trabalho.

3. Sítio eletrônico para acesso aos relatórios: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/programas-e-acoas/hbb/biblioteca/relatorios-de-avaliacao-de-pos-ocupacao-dos-projetos-concluidos/relatorios-de-avaliacao-de-pos-ocupacao-dos-projetos-concluidos>> Acessado em: 1º de dezembro de 2010.

O início das intervenções do Programa HBB remonta ao ano de 2001, sendo tais relatórios elaborados a partir do normativo do MCidades denominado *Matriz de indicadores para avaliação do pós-ocupação dos projetos-piloto de investimento-intervenção em favelas (sic)*, que se instituiu como norma do MCidades apenas em 2004, logo posterior à parte das contratações realizadas pelo programa. Deve-se ressaltar que o gestor do programa, o MCidades, é completamente distinto do executor das intervenções e encarregado de implementar as avaliações, que são o Distrito Federal, os estados e os municípios.

Conforme estabelecido por esse normativo, as avaliações de pós-ocupação devem revelar os resultados imediatos das ações e o grau de satisfação da população beneficiada. Nestas avaliações, “é essencial verificar se o projeto deu certo, se foi adequado ou não para aquela população e situação urbana”.⁴ Os aspectos a serem avaliados estão organizados em três eixos: *i*) Moradia e inserção urbana; *ii*) Inclusão social; e *iii*) Satisfação do morador, que se desdobram em dimensões, indicadores e descritores.

De posse destas avaliações, a equipe do Ipea realizou análises dos 27 relatórios de “avaliação de pós-ocupação”, que constituem relatórios de avaliação de resultados da intervenção. Ao se analisar esses relatórios, ficou evidenciado que o objetivo inicial de sistematização de dados e informações neles contidos não poderia ser atingido em sua plenitude em função da diversidade de formatos e procedimentos metodológicos adotados.

Surgiu então a proposta de realizar uma análise fundamentada do conjunto dos relatórios de avaliação, tomando como base o normativo que os institui e a matriz de indicadores que orienta a realização das avaliações. Com isso, pretendeu-se contribuir para o debate acerca dos objetivos associados aos relatórios de avaliação de pós-ocupação, incluindo suas definições e normatizações, os usos e consequências dadas a cada uma dessas iniciativas, visando, em última instância, subsidiar o aperfeiçoamento de programas e proposições da área do desenvolvimento urbano.

A metodologia de avaliação aqui descrita mostrou-se particularmente interessante por haver sido adaptada ao contexto de precariedade que muitas vezes envolve a

4. Segundo o normativo do MCidades denominado *Matriz de indicadores para avaliação do pós-ocupação dos projetos-piloto de investimento-intervenção em favelas*.

formulação e execução de programas e políticas públicas no Brasil. Com isso, visouse colaborar no aperfeiçoamento dos normativos e dos processos empregados pelos gestores da política nacional de desenvolvimento urbano.

É de entendimento comum que o processo de avaliação de políticas públicas logrou avanços, mas ainda apresenta muitos desafios no contexto brasileiro (NOGUEIRA; CAVALCANTE, 2009). No entanto, os avanços foram menores quando analisadas as políticas públicas na área urbana (habitação, saneamento e mobilidade urbana), em comparação, por exemplo, com as políticas sociais (educação, saúde, assistência social etc.). Entende-se que essa menor assimilação das inovações recentes em avaliação de políticas e processos na área urbana ocorra em função do interstício de investimentos e políticas que esse setor viveu desde o fim do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1986.

O HBB foi um dos programas de abrangência nacional pioneiro na retomada de investimentos, na esteira de algumas iniciativas municipais de urbanização de favelas que já vinham ocorrendo desde a década anterior. O HBB contou com investimentos mediante empréstimo do BID e trouxe entre seus princípios e diretrizes a obrigatoriedade de serem executados processos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, tanto das intervenções quanto do programa.

A partir da experiência em urbanização de favelas do Programa HBB, as políticas na área do desenvolvimento urbano contam com um bom arsenal de estudos de casos realizados nos últimos dez anos. Com esse material em mãos, é possível pensar em um salto qualitativo na busca de processos mais adequados ao aprimoramento dessas políticas públicas, além de mais adaptados às condições próprias dos processos de urbanização, que são extremamente diversos nas ações empreendidas.

Aos relatórios de avaliação do Programa HBB somam-se, entre outras, as seguintes experiências realizadas no Brasil em avaliação de processos de urbanização de favelas: a avaliação de impactos quantitativa do Programa Favela-Bairro, no município do Rio de Janeiro, promovida pelo BID; a experiência do Programa Habitare, que fez avaliações qualitativas de resultados em oito favelas de cinco cidades brasileiras; e a proposta de avaliação da intervenção sociourbanística do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro — realizada no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),

em desenvolvimento por meio de uma parceria entre a Caixa Econômica Federal (CAIXA) e o Ipea.⁵

Apesar dos relativos avanços nos processos de monitoramento e avaliação das políticas públicas no Brasil, ainda são poucas as iniciativas de estudos de meta-avaliação dessas práticas. Supõe-se que essa situação decorra do fato de que ainda não se tem um largo histórico de conhecimento e prática de avaliação no país; organismos internacionais que se utilizam da meta-avaliação vieram a fazê-lo também recentemente e, nos parece, em função e decorrência das inúmeras iniciativas de avaliação que já estão estruturadas há décadas; e a utilizaram, também, como instrumento de aprimoramento de suas inserções em um processo de internacionalização que se aprofunda.⁶

Desta maneira, este estudo inova tanto ao focar processos avaliativos na área de desenvolvimento urbano quanto ao tratar da meta-avaliação dessas iniciativas, e objetiva apresentar os avanços possíveis até o momento com as pesquisas que o Ipea vem realizando com seus parceiros, em especial a CAIXA e o MCidades.

2 O QUE É META-AVALIAÇÃO?

A meta-avaliação, conceito inicialmente desenvolvido por Michael Scriven ao final dos anos 1960, é um procedimento metodológico para avaliar os diferentes componentes de um processo avaliativo, inclusive os próprios avaliadores. Ao checar a qualidade dos processos avaliativos, bem como dos resultados e análises produzidos, Scriven ressalta que a meta-avaliação representa uma obrigação ética e científica quando o bem-estar de outras pessoas está envolvido (SCRIVEN, 1991).

Por situar a avaliação como objeto de estudo, a meta-avaliação busca aumentar a credibilidade de avaliações para evitar tomada de decisões baseadas em análises mal-feitas de programas e serviços em prejuízo dos beneficiários e dos resultados esperados. Assim, a meta-avaliação assume um primeiro significado de *controle da qualidade da*

5. As iniciativas citadas estão brevemente descritas e analisadas em Balbim, Nadalin e Krause (2011).

6. Ver trabalhos da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), BID e outros bancos e órgãos multilaterais de ajuda, fomento e financiamento.

avaliação para buscar responder à famosa questão colocada por Scriven: “*Who evaluates the evaluator?*” (BUSTELO, 2002).

Nessa mesma linha, Stufflebeam argumenta que ao ser possível a ocorrência de problemas durante o processo avaliativo – tais como: viés, erro técnico, dificuldades administrativas, uso impróprio das informações – é importante que se avaliem as avaliações para melhorar os processos avaliativos em andamento ou aferir o mérito de avaliações já finalizadas (STUFFLEBEAM, 1974).

Avaliar a qualidade de avaliações não é o único sentido que autores dão ao conceito de meta-avaliação. Alguns consideram que se trata também de um trabalho de síntese dos resultados de avaliações.

Para Bustelo (2002), meta-avaliação entendida como avaliação da avaliação ou como síntese de avaliação envolve atividades de natureza muito diferentes. Uma síntese de avaliação serve para sumarizar os resultados de estudos de avaliação de programas e políticas similares. Seu principal propósito não é avaliar o processo avaliativo, mas obter base empírica para julgar achados gerais de programas e políticas avaliadas. O foco é em resultados. Neste sentido, ela destaca que um tipo especial de síntese é a *meta-análise*, que consiste em procedimento estatístico para comparar achados de vários estudos, ou seja, uma metodologia de síntese de pesquisa que segue princípios de análise de dados quantitativos.

Contudo, em seu significado de avaliação da avaliação, a meta-avaliação é de natureza qualitativa e se propõe a estabelecer um julgamento de valor, com critérios predefinidos e com base em informações existentes ou construídas sobre uma determinada avaliação (em curso ou já realizada) para subsidiar eventuais tomadas de decisão (FURTADO; LAPERRIÈRE, 2010).

A meta-avaliação pode também incluir a análise dos resultados de avaliações, mas de forma a qualificá-los. Ou seja, para apresentar se os achados são bons ou não (se evidências suficientes foram reunidas, se as conclusões são confiáveis, se as interpretações, julgamentos e recomendações foram logicamente desenhados e apresentados) e se podem ser úteis para aperfeiçoamento da política. Neste contexto, a meta-avaliação pode desempenhar um papel de *ampliar a compreensão da função avaliação no ciclo da política* e acumular conhecimento no campo de avaliação (BUSTELO, 2002). Note-se

que os objetivos dessa análise dos resultados se mostram diferentes daqueles da síntese dos resultados das avaliações e meta-análise, os quais, segundo alguns autores, podem conformar um dos sentidos do conceito de meta-avaliação, como já mencionado.

Desta maneira, assim como a avaliação pode aperfeiçoar programas e contribuir para o conhecimento na área, conduzir meta-avaliações pode melhorar tanto avaliações específicas como a prática da avaliação (HANSSEN; LAWRENZ; DUNET, 2008).

Procedimentos e critérios formais para fundamentar o julgamento do mérito e o valor de uma avaliação foram inicialmente propostos pelo Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (JCSEE) para estudos avaliativos na área educacional (1ª edição em 1981). Posteriormente, foram desenvolvidos para serem aplicados no campo de avaliação de programas e constituem a referência mais amplamente utilizada em meta-avaliação. Segundo Bustelo (2002), a grande aceitação dos critérios do JCSEE para o julgamento de avaliações pode ser atribuída a sua especificidade, clareza, método e estrutura.

Quatro padrões organizam os critérios do JCSEE para nortear a meta-avaliação: utilidade, que se refere ao atendimento das necessidades de informação dos usuários; viabilidade, que observa se a avaliação é realista e com custos que justifiquem a sua realização; propriedade, relacionada à condução ética da avaliação, com respeito ao bem-estar dos envolvidos; e precisão, quanto a divulgação e transmissão de informações sobre o valor ou mérito dos programas avaliados com validade técnica. Em sua versão atual (JCSEE, 2011), são 30 os critérios organizados nas categorias de padrões mencionadas. Esta metodologia será adaptada e utilizada em uma das etapas deste trabalho, para avaliação dos relatórios de avaliação de pós-ocupação (ver seção 4).

Como foram desenvolvidos para aplicação nos Estados Unidos e Canadá, o Joint Committee alerta para o uso crítico de tais critérios em contextos diversos. Avaliadores de outros países devem considerar cuidadosamente quais critérios são culturalmente aceitáveis e adequados à realidade local.⁷

7. Já em 1994 o Joint Committee reconhecia que nem todos os critérios são igualmente aplicáveis em qualquer avaliação, devendo ser considerada a relevância de cada critério ao contexto particular e, quando da escolha de quais utilizar, ser documentada a decisão, para referência futura (citado em HANSSEN; LAWRENZ; DUNET, 2008).

2.1 TIPOS DE META-AVALIAÇÃO

A meta-avaliação deveria ser realizada, preferencialmente, com a avaliação ainda em andamento, de modo a ser possível contribuir para seu aperfeiçoamento. Contudo, frequentemente, meta-avaliações são conduzidas após o final de uma avaliação, com utilização de dados existentes e execução de poucas entrevistas com avaliadores e pessoas envolvidas com o programa ou serviço avaliado (HANSSEN; LAWRENZ; DUNET, 2008).

Conforme tipologia desenvolvida para classificar avaliações, usualmente são mencionados dois tipos de meta-avaliação, diferenciados conforme o papel desempenhado para contribuir ao processo avaliativo:

- 1) Meta-avaliação formativa (*formative*): quando é usada como instrumento para melhorar ou modificar o desenho e a implementação da avaliação em andamento.
- 2) Meta-avaliação somativa (*summative*): quando o papel é o de recapitular todo o processo de avaliação para auxiliar tomadores de decisão e grupos de interesse a julgar o mérito e valor da avaliação feita.

Em suas recomendações, o Joint Committee enfatiza a importância de que avaliações sejam feitas tanto de maneira formativa como somativa. Stufflebeam (2001) corrobora essa orientação ao afirmar que, como qualquer tipo de avaliação, as meta-avaliações devem desempenhar papel formativo para auxiliar uma avaliação a ser bem-sucedida, e papel somativo para ajudar os interessados a julgar o mérito e valor da avaliação.

Bustelo (2002) sugere outra tipologia, que considera o conteúdo ou a fase da avaliação meta-avaliada:

- 1) Meta-avaliação do desenho: aborda o desenho, contexto e estrutura da avaliação.
- 2) Meta-avaliação do processo: aborda a implementação da avaliação.
- 3) Meta-avaliação de resultados:
 - a) produtos: coloca o foco na qualidade dos achados e informações produzidas e como essas informações são apresentadas no relatório; e

- b) efeitos: coloca o foco nos efeitos potenciais da avaliação, inclusive o de auxiliar a tomada de decisões e facilitar o aprendizado organizacional.

Hanssen, Lawrenz e Dunet (2008) propõem uma abordagem de meta-avaliação concomitante (*concurrent meta-evaluation*), definida como uma alternativa em que o próprio método de avaliação é que é o objeto da avaliação. Este tipo de meta-avaliação deve iniciar quando começa a avaliação, num processo simultâneo em que o meta-avaliador deve manter um envolvimento contínuo com os avaliadores, participar dos eventos de coleta de dados e verificar as informações usadas na avaliação. É uma abordagem interessante de ser adotada, particularmente para se avaliar um novo método de avaliação.

O aspecto comum entre os diferentes tipos de meta-avaliação é seu propósito de melhorar a qualidade de processos avaliativos. Contudo, por se tratar de atividade que envolve custos, nem todas as avaliações irão permitir uma meta-avaliação. Patton (1997) sugere considerar a relação custo-efetividade para realizar uma meta-avaliação e a recomenda como necessária em casos de controvérsia ou disputa política sobre resultados de uma avaliação. Stufflebeam (2001) não considera ser o caso de avaliar avaliações de pequena escala, orientadas para aperfeiçoamentos incrementais ou as que têm somente foco local. Mas ressalta que se deve ter em mente que o custo da meta-avaliação é pequeno quando comparado com o da própria avaliação e que os benefícios da meta-avaliação podem mais do que compensar seus custos.

3 METODOLOGIA E ETAPAS DO TRABALHO

O trabalho de meta-avaliação da equipe do Ipea partiu de um pedido do MCidades de sistematização das informações contidas nos 27 relatórios de avaliação realizados no âmbito do Programa HBB, de maneira a possibilitar a visualização dos seus resultados, ou seja, de forma conjunta para todas as intervenções em análise. Inicialmente tratava-se de uma meta-avaliação no sentido de *síntese dos resultados de avaliações*.

Assim, o caso parecia enquadrar-se em uma *meta-análise*, que se constituiria em uma síntese estatística das informações quantitativas disponíveis. Para tanto, uma das etapas necessárias seria a *meta-avaliação no seu sentido de controle de qualidade* da avaliação, garantindo que as diferentes avaliações fossem suficientemente confiáveis,

e que poderiam ser comparadas e seus resultados, combinados, conforme indicam os autores Boruch e Petrosino (2004).

No entanto, o andamento da etapa de julgamento da qualidade dos relatórios indicou a impossibilidade de realizar uma síntese estatística dos dados. Isto se deveu ao fato de os relatórios incluírem muitas informações qualitativas além dos dados numéricos, assim como pela insuficiência da qualidade de grande parte desses. Mesmo assim, a equipe seguiu com o objetivo de realizar um levantamento das informações, após a seleção dos relatórios de qualidade julgada suficiente para tanto.

Vale salientar que caso houvesse a intenção de contribuir para o aperfeiçoamento de cada processo de avaliação isolado, seria necessário acompanhar individualmente o processo de avaliação de pós-ocupação, realizando uma *meta-avaliação concomitante*. Mas isto tampouco seria possível somente a partir dos relatórios de avaliação já finalizados.

Esta situação imputou na equipe o sentimento de necessidade, oportunidade e relevância em realizar uma análise com outro escopo, incluindo uma análise relativa ao instrumento de avaliação – o normativo que institui a obrigatoriedade de avaliar as intervenções e a matriz de indicadores que orienta o processo e sua aplicação. Esta era uma das análises possíveis a partir de nossa limitada fonte de dados, as informações contidas nos relatórios de avaliação.

Nesse sentido, foi mudado o foco *de meta-avaliação como síntese de resultados* para o de meta-avaliação que *amplia a compreensão da função avaliação no ciclo da política*. Desta maneira, seria possível subsidiar o aperfeiçoamento do normativo e do processo de avaliação do Programa HBB. Já para avaliações desse ou de outros programas de urbanização de favelas que, em um futuro hipotético, utilizem os instrumentos de avaliação aperfeiçoados, seria possível a síntese de resultados, necessária e solicitada pelos formuladores da política.

Portanto, o trabalho de meta-avaliação aqui apresentado divide-se em duas etapas. A primeira refere-se ao julgamento da qualidade dos 27 relatórios de avaliação disponíveis. A equipe considerou o referencial estabelecido no normativo do MCidades e aplicou padrões adotados internacionalmente para avaliar relatórios de avaliação.⁸ O

8. Padrões para avaliação de programas adaptados a partir dos estabelecidos pelo JCSEE (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

principal desafio desta tarefa, de acordo com Stufflebeam (2001), é verificar até que ponto os estudos analisados respondem aos pré-requisitos de uma avaliação adequada, seu mérito, e à necessidade de informações dos interessados, seu valor. Esses critérios internacionais foram adaptados ao caso específico das avaliações do Programa HBB. Por outro lado, alguns dos critérios não foram utilizados na seleção dos relatórios de melhor qualidade, dentre outros motivos por conflitos com as instruções do normativo. Esta etapa selecionou sete relatórios que foram utilizados nas etapas seguintes.

A segunda etapa do trabalho consistiu na análise da aplicação da matriz de indicadores do normativo do MCidades nos sete relatórios selecionados na etapa anterior. O objetivo primordial foi avaliar em que medida determinadas características do normativo poderiam justificar os problemas encontrados na aplicação dos indicadores pelas avaliações selecionadas. Para tanto, identificamos no normativo todos os “itens mensuráveis”, fenômenos observáveis passíveis de ser aferidos por quaisquer das avaliações. Então passamos a analisar a aferição desses itens com relação à adequação da fonte e do tipo de dados (quantitativo e qualitativo). Por outro lado, sugerimos a reorganização de alguns itens na matriz de acordo com temas, de maneira a organizar as conclusões sobre os resultados das intervenções.

A matriz foi avaliada com relação a outro nível de organização das informações, seus *descritores*, que agrupam alguns itens mensuráveis. Os descritores deveriam possuir relevância e fazer parte de uma estrutura lógica para que de fato contribuíssem para uma avaliação de resultados das intervenções.

Esta segunda etapa, também de meta-avaliação, se encaixa na função de aperfeiçoamento da função de avaliação de futuros programas similares, podendo ser classificada mais especificamente como uma *meta-avaliação do processo de avaliação*, como sugerido por Bustelo (2002).

4 META-AVALIAÇÃO PARA O CONTROLE DE QUALIDADE: SELEÇÃO DOS MELHORES RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO

Para avaliar a qualidade dos relatórios de avaliação de pós-ocupação de intervenções em assentamentos precários disponíveis, a equipe elaborou uma ficha⁹ baseada nos critérios

9. Ver ficha utilizada no anexo A.

amplamente utilizados e divulgados pelo JCSEE, que foi preenchida para cada um dos 27 relatórios disponibilizados. A definição e a descrição detalhada de cada critério de forma a orientar as avaliações de cada relatório de avaliação de pós-ocupação não foram, no entanto, baseadas apenas nas diretrizes do Joint Committee. Foi preciso adaptar as definições propostas pela bibliografia para o tema em questão: são avaliações de pós-ocupação, de projetos específicos e únicos, e, portanto, diferentes de avaliações de programas, foco das diretrizes do Joint Committee. Além disso, conforme já mencionamos anteriormente, essa adaptação é recomendada pelo Joint Committee de maneira a levar em conta a cultura e a realidade locais.

Por outro lado, houve a preocupação no desenvolvimento do presente trabalho de conhecer as atualizações realizadas pelo Joint Committee nas suas diretrizes. No entanto, após análise detalhada de cada critério e de suas definições, optou-se por não utilizar a versão mais atualizada dos critérios, de forma a manter o foco nas especificidades das avaliações aqui consideradas. A versão dos critérios do Joint Committee apresentada no livro de Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004) se revelou mais adequada ao objeto considerado neste trabalho.

O quadro 1 apresenta as definições e descrições dos critérios de avaliação que foram adotadas. Cada critério foi avaliado da seguinte forma: atendido pelo relatório, sim (S) ou não (N); não foi passível de avaliação, pois o relatório não apresentou informações suficientes para afirmar se o critério é ou não atendido (S/I, que significa “sem informações”); e não foi passível de avaliação porque o critério simplesmente não deve ser aplicado para aquele relatório específico em função de suas características particulares (N/A, significando “não se aplica”).

A partir da definição dos critérios, foi feita uma leitura detalhada de cada documento, concomitante ao preenchimento da ficha de critérios de avaliação acima mencionada. Além da avaliação objetiva de cada critério (S, N, S/I ou N/A), a ficha de avaliação para cada relatório inclui observações relativas à apreciação de cada critério, com um destaque para os principais pontos positivos e negativos, e um resumo da intervenção objeto da avaliação de pós-ocupação.

QUADRO 1
Definição e descrição detalhada dos critérios de avaliação a serem aplicados para cada relatório de avaliação de pós-ocupação de intervenção em assentamento precário disponível

Critérios de avaliação	
Utilidade	
U1	População-alvo da avaliação identificada através da demonstração da escolha da amostra (aleatória e estratificada, se for o caso)
U2	Competência da equipe avaliadora para todos os temas tratados na avaliação (parte social e técnica – de arquitetura e engenharia)
U3	Informações coletadas devem ser suficientes para responder às perguntas pertinentes sobre a intervenção (de forma equilibrada, por exemplo, entre temas sociais e de infraestrutura ou meio ambiente)
U4	Descrição clara dos procedimentos e fundamentos lógicos, incluindo definição de conceitos e referência à matriz de indicadores proposta pelo regulamento do programa
U5	Descrição clara da intervenção e das descobertas da avaliação (este item inclui a apresentação e a qualidade da redação do documento)
U6	Divulgação do relatório final, facilitando a utilização da avaliação para melhoria da intervenção (em geral NÃO SE APLICA, pois são relatórios de pós-ocupação, mas pode ser aplicado se a intervenção ainda está em andamento durante a avaliação)
U7	Incentivo ao acompanhamento para uma probabilidade maior que a avaliação seja usada para melhoria da intervenção (em geral NÃO SE APLICA, pois são relatórios de pós-ocupação, mas pode ser aplicado se a intervenção ainda está em andamento durante a avaliação)
Viabilidade	
V1	De forma que a avaliação interfira o mínimo possível na intervenção (em geral NÃO SE APLICA pois trata-se de relatórios de pós-ocupação, mas pode ser aplicado se a intervenção ainda está em andamento durante a avaliação)
V2	Medidas para mobilização e cooperação dos diversos grupos de interesse na avaliação
V3	Disponibilizar informações sobre os custos, justificando os recursos gastos com a avaliação em comparação com sua qualidade (SEM INFORMAÇÕES que possibilitem a avaliação do critério)
Propriedade	
P1	Ajudar as instituições envolvidas a discutir melhorias na intervenção e no programa para atender efetivamente as necessidades dos grupos de interesse (por exemplo, se o relatório indica de forma clara e objetiva sugestões de melhoria)
P2	Obrigações das partes formais da avaliação (o que deve ser feito, como, por quem, quando) - (SEM INFORMAÇÕES que possibilitem a avaliação do critério)
P3	Garantir o respeito e a proteção dos direitos e do bem-estar dos indivíduos envolvidos (SEM INFORMAÇÕES que possibilitem a avaliação do critério)
P4	Examinar e documentar pontos fracos E fortes, de forma equilibrada para todos os temas abordados
P5	Apresentar todo o conjunto de descobertas da avaliação, assim como as limitações pertinentes, em linguagem acessível
P6	Se existe, deve ser explicitado (por exemplo, interesses de gestores e executores quanto aos resultados da avaliação; em geral SEM INFORMAÇÕES que possibilitem a avaliação do critério)
P7	Despesas com a avaliação justificadas (SEM INFORMAÇÕES que possibilitem a avaliação do critério)

(continua)

(continuação)

Precisão ¹	
A1	Documentação da intervenção
A2	Análise do contexto
A3	Descrição de finalidades e procedimentos
A4	Fontes de informações confiáveis
A5	Informações válidas
A6	Informações fidedignas
A7	Informações sistemáticas
A8	Análise das informações quantitativas
A9	Análise das informações qualitativas
A10	Conclusões justificadas
A11	Relatório imparcial

Fonte: Elaboração própria.

Nota: ¹ Em inglês utiliza-se a palavra *accuracy* para precisão, por isso, os itens deste grupo de critérios começam com a letra "A".

Descrição clara e precisa da intervenção

Identificação das influências do contexto em que a avaliação se insere

Descrição detalhada das finalidades da avaliação e dos procedimentos utilizados para sua execução

Descrição detalhada das fontes de informação

Descrição detalhada dos procedimentos de coleta de informação para assegurar a validade da interpretação

Descrição detalhada dos procedimentos de coleta de informação para que as informações sejam fidedignas para o uso que se faz delas

Informações devem ser sistematicamente revistas, corrigindo-se os erros

De forma apropriada e sistemática para que as perguntas (pertinentes na avaliação) sejam efetivamente respondidas

De forma apropriada e sistemática para que as perguntas (pertinentes na avaliação) sejam efetivamente respondidas

Conclusões explicitamente justificadas, utilizando os dados apresentados

Evitar distorções causadas por sentimentos pessoais e preferências de qualquer das partes envolvidas

Após a aplicação dos critérios propostos pelo Joint Committee na avaliação dos relatórios de pós-ocupação analisados, foi possível perceber que muitos critérios não puderam ser avaliados (S/I) ou não deveriam ser aplicados (N/A). Destaque-se novamente que a principal limitação da presente proposta de avaliação foi trabalhar com a informação restrita à contida nos relatórios disponibilizados. No entanto, a equipe optou por utilizar a grande maioria dos critérios propostos pelo Joint Committee¹⁰ por considerar que são importantes e relevantes para um processo de avaliação, mesmo sabendo que muitos deles:

- 1) Não podem ser aplicados para avaliações de pós-ocupação (U6 – Agilidade na produção e disseminação do relatório de avaliação; U7 – Consequências da avaliação; e V1 – Procedimentos práticos).
- 2) Não podem ser avaliados porque esta equipe não esteve envolvida no próprio processo de avaliação enquanto ele estava em andamento e não se dispõe de informações quanto à existência de relatos que abordem os temas tratados por esses critérios (P3 – Direitos dos indivíduos; e P6 – Explicitação de conflitos de interesses).
- 3) Ou ainda não podem ser avaliados porque esta equipe não teve acesso aos documentos formais de cada avaliação, como contratos e detalhamentos de custos e despesas (V3 – Custo-qualidade; P2 – Acordos (contratos) formais; e P7 – Responsabilidade fiscal).

Desta forma, buscamos afirmar, citando apenas um exemplo, que as condições de respeito aos direitos dos indivíduos (P3) são importantes para a avaliação de cada processo de avaliação, mas não pudemos aferir se eles foram ou não observados em cada processo.

4.1 APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE

Após a finalização da leitura e avaliação de todos os relatórios de pós-ocupação, realizamos uma síntese do resultado da aplicação dos critérios para cada relatório avaliado, conforme o quadro 2.

10. Dentre os critérios propostos pelo Joint Committee, não foram usados neste trabalho: o critério denominado "meta-avaliação", que seria o item A12 do grupo que avalia a "precisão". A definição do Joint Committee para este critério é: "A própria avaliação deve ser avaliada de maneira formal e somativa de acordo com essas e outras diretrizes pertinentes para que sua realização seja bem orientada e para que, depois do término, os interessados possam examinar de perto seus pontos fortes e fracos" (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 600). A equipe do Ipea entendeu que este critério não deveria ser utilizado pois uma meta-avaliação, diferente de uma autoavaliação, deve ser realizada por uma equipe externa à própria equipe que realiza a avaliação. Também foi desconsiderado o critério denominado "relações humanas", que faria parte do grupo de critérios de "propriedade", com a seguinte definição do Joint Committee: "(...) os avaliadores devem respeitar a dignidade e o valor do ser humano em suas interações com outras pessoas associadas a uma avaliação para que os participantes não sejam ameaçados nem prejudicados". A equipe entende que este critério estaria, de certa forma, contemplado pelo anterior: P3 – Direitos dos indivíduos.

QUADRO 2
Síntese da aplicação dos critérios de avaliação para cada relatório de avaliação de pós-ocupação

Síntese das meta-avaliações	Relatórios de avaliação de pós-ocupação																										
	1	2	3	4*	5	6	7	8 e 9*	10 e 11*	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27		
Utilidade																											
U1 Identificação do entrevistado	N	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S	
U2 Qualificação do avaliador	N	N	S	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S	N	N	N	N	S	S	N	N	N	S	S	
U3 Alcance e seleção das informações	N	N	S	N	S	S	S	N	N	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S	S	S	
U4 Identificação dos fundamentos	N	N	S	N	S	S	S	N	S	S	S	S	S	N	N	N	S	S	N	S	N	N	S	N	S	S	
U5 Clareza do relatório	N	S	S	N	S	N	S	N	S	N	S	S	S	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	S	S	S	
U6 Agilidade na produção e disseminação do relatório de avaliação	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	S/I	N/A	S	N/A							
U7 Consequências da avaliação	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	S	N/A	
Viabilidade																											
V1 Procedimentos práticos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
V2 Viabilidade política	S/I	N	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	N	S/I	N	S/I	S/I	S	S/I	S/I	S	S	
V3 Custo-qualidade	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	
Propriedade																											
P1 Orientação para os interessados	N	N	S	S	S	N	S	N	S	S	N	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N	S	S	S	S	S	
P2 Acordos (contratos) formais	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	
P3 Direitos dos indivíduos	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	
P4 Avaliação completa e justa	N	N	S	N	S	N	S	N	N	S	N	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S	S	
P5 Transparência na apresentação dos resultados da avaliação	N	N	S	S	S	N	S	N	S	S	N	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S	S	
P6 Explicitação de conflitos de interesses	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	
P7 Responsabilidade fiscal	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	S/I	

(continua)

(continua)

Síntese das meta-avaliações		Relatórios de avaliação de pós-ocupação																										
		1	2	3	4*	5	6	7	8	9*	10	11*	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27
Precisão		N	N	N	S	S	N	S	S	N	S	S	N	S	S	N	S	S	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S
A1	Documentação da intervenção	N	N	N	S	S	N	S	S	N	S	S	N	S	S	N	S	S	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S
A2	Análise do contexto	N	N	N	N	N	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	N	S	S	N	N	N	S
A3	Descrição de finalidades e procedimentos	N	N	S	S	N	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N	S	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S
A4	Fontes de informações confiáveis	N	S	S	S	N	S	S	S	S	N	S	S	N	S	N	N	S	N	S	N	N	N	N	N	N	S	S
A5	Informações válidas	N	N	S	N	N	S	S	S	S	S	S	N	S	S	N	N	S	N	S	N	N	N	N	N	N	S	S
A6	Informações fidedignas	N	N	S	N	N	S	S	S	S	S	S	N	S	S	N	N	S	N	S	N	N	N	N	N	N	S	S
A7	Informações sistemáticas	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S	N	S	N	N	N	N	N	N	S	N
A8	Análise das informações quantitativas	N	N	S	N	S	N	S	S	N	S	S	N	S	S	N	N	S	N	S	N	N	N	N	N	N	S	S
A9	Análise das informações qualitativas	N	N	S	N	S	N	N	N	N	N	S	S	N	S	N	N	S	N	S	N	N	N	N	N	N	S	N
A10	Conclusões justificadas	N	N	S	N	S	S	S	S	S	S	S	N	S	S	N	N	S	N	S	N	N	N	N	N	N	S	S
A11	Relatório imparcial	N	N	S	S	S	N	S	S	N	S	S	N	S	S	N	N	S	N	S	N	N	N	N	N	N	S	S
Síntese de cada meta-avaliação:		1	2	3	4*	5	6	7	8	9*	10	11*	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27
Número de critérios atendidos		0	3	17	7	12	8	18	11	5	16	16	2	1	2	14	2	2	3	2	3	2	5	2	9	21	18	
Número de critérios não atendidos		19	17	2	12	7	11	2	8	17	3	3	20	18	17	5	18	17	5	18	17	16	20	15	17	10	1	2
Número de critérios que não foi possível avaliar		7	6	7	7	7	7	6	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	6	7	7	6	6
Número de critérios que não se aplicam		3	3	3	3	3	3	3	3	3	0	3	3	0	3	3	0	3	3	2	3	3	0	3	3	3	1	3

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Os relatórios marcados com * são resumos.

A partir dessa síntese, indicamos algumas características gerais sobre a qualidade dos relatórios e dos processos avaliativos disponíveis para consulta:

- 1) A imensa diversidade quanto à forma e ao conteúdo dos relatórios de avaliação de pós-ocupação analisados.
- 2) O normativo proposto pelo MCidades para realização das avaliações de pós-ocupação funciona, mesmo que de forma muito variável, como linha condutora de grande parte dos relatórios.
- 3) As fontes e as formas de coleta dos dados são, em geral, muito diversas nos relatórios avaliados, mesmo em se tratando da mesma informação requisitada. Além disso, as fontes e formas de coleta não são sistematicamente indicadas nos relatórios, caracterizando muitas vezes uma mistura de informações oriundas de pesquisas de opinião, observações *in loco*, entrevistas de gestores e concessionárias de serviço etc.
- 4) Muitos relatórios apresentam informações coletadas a partir de fontes inadequadas. Como exemplo, para o eixo 1 do normativo do MCidades (moradia e inserção urbana), muitos relatórios apresentam informações coletadas a partir de pesquisas de opinião com os moradores, porém, elas seriam mais adequadamente respondidas a partir de observações *in loco* e verificação de execução dos itens previstos no projeto. O normativo do MCidades indica o eixo 3 (satisfação dos moradores) de forma separada justamente para avaliar a opinião da população envolvida na intervenção.
- 5) Na maioria dos relatórios não há informações consistentes e suficientemente detalhadas sobre a intervenção prevista e sobre o que foi executado. Esta ausência, ou insuficiência, dificulta o entendimento da avaliação de pós-ocupação como um todo.
- 6) Muitos relatórios se assemelham a documentos de prestação de contas, de término de atividades ou de conclusão da intervenção, e não constituem avaliações.

4.2 SELEÇÃO DOS RELATÓRIOS DE MELHOR QUALIDADE

Por fim, a equipe do Ipea definiu, dentre todos os critérios efetivamente aplicados na avaliação individual de cada relatório, aqueles a serem utilizados para seleção dos relatórios de avaliação de pós-ocupação cujos dados poderiam ser sistematizados, por apresentarem um mínimo de rigor metodológico.

A escolha de critérios a serem utilizados na seleção dos relatórios foi necessária na medida em que muitos dos critérios não puderam ser aplicados ou avaliados, pois não se referiam às características do processo de avaliação do HBB ou porque o normativo do HBB não tratava dos aspectos relacionados ao critério, logo inviabilizando que este fosse aplicado. Além disso, dentre os critérios que puderam ser avaliados, alguns são mais relevantes em função da especificidade do tema tratado e também em função das definições do normativo do MCidades que norteia a elaboração dos relatórios.

Em suma, entendemos que não é recomendável utilizar certo critério de avaliação na seleção dos relatórios, quando o próprio normativo que regula a elaboração dos relatórios de avaliação indica uma regra contrária ao atendimento de tal critério ou não o considera. Desta forma, para cada critério de avaliação foram destacadas do normativo do HBB as exigências e recomendações relacionadas, resultando no quadro 3, que permite verificar todos os critérios e o que o normativo do HBB diz sobre cada um. A elaboração deste quadro, com a síntese do normativo organizada pelos temas dos critérios, foi importante para que os critérios fossem aplicados de maneira adaptada ao programa tratado e não necessariamente ou exclusivamente na sua concepção original.

Desta forma, os critérios de avaliação adotados para a definição dos relatórios que foram utilizados na etapa posterior são os seguintes:

- 1) Utilidade: U1 – Identificação do entrevistado; U3 – Alcance e seleção das informações; U4 – Identificação dos fundamentos; U5 – Clareza do relatório.
- 2) Propriedade: P1 – Orientação para os interessados; P4 – Avaliação completa e justa; P5 – Transparência na apresentação dos resultados.
- 3) Precisão: A1 – Documentação da intervenção; A3 – Descrição de finalidades e procedimentos; A4 – Fontes de informações confiáveis; A5 – Informações válidas; A6 – Informações fidedignas; A7 – Informações sistemáticas; A8 – Análise das informações quantitativas; A9 – Análise das informações qualitativas; A10 – Conclusões justificadas; A11 – Relatório imparcial.

A não adoção de certos critérios para a seleção dos relatórios de melhor qualidade se deu, em boa parte dos casos, ao fato de que eles não puderam ser aplicados nos relatórios analisados, isto é, receberam notação S/I ou N/A. No entanto, o critério A2 – Análise do contexto – não foi utilizado porque os relatórios, de forma bastante frequente, não respondiam ao critério (notação N). É o caso também do critério V2 – Viabilidade política.

QUADRO 3

Exigências e recomendações do normativo do MCidades (citadas literalmente) que podem ser relacionadas a cada critério de avaliação, e o comportamento dos critérios frente aos relatórios de avaliação de pós-ocupação

Critérios de avaliação	Comportamento dos critérios frente aos relatórios	Exigências e recomendações do normativo do HBB/PAC
Utilidade		
U1	Identificação do entrevistado	<ul style="list-style-type: none"> • “Universo da pesquisa avaliativa”: “A área a ser avaliada é toda aquela em que houve intervenção pelo projeto. O universo de pesquisa abrange, portanto o conjunto da área que “sofreu” intervenção” (p. 61). • “Amostra: Com relação à pesquisa junto aos moradores é necessário definir uma amostra aleatória com rigor científico. Dependendo do tamanho do empreendimento, ou do número de famílias envolvidas na intervenção a pesquisa poderá ser feita com todos os moradores (censitária), ou com parte deles. Recomenda-se que em projetos de porte pequeno a pesquisa seja feita com o universo total de moradores. Em projetos médios (de 100 a 200 famílias/domicílios) sugere-se uma amostra de 50%, para projetos grandes (mais de 200 famílias/domicílios) o critério mínimo para a amostra é de 20% dos domicílios representativos do conjunto habitacional ou área urbanizada com modelos simples de aleatoriedade. De acordo com o projeto e a tipologia de intervenções a amostra deve ser também estratificada, garantido a representatividade das diversas modalidades de intervenção” (p. 62).
U2	Identificação do entrevistado	<ul style="list-style-type: none"> • “Elaboração dos instrumentos de coleta de dados: As equipes locais devem elaborar os seus instrumentais de coletas de dados. Para tanto, os municípios podem contratar serviços de assessoria, ou a própria equipe local apropriando-se da matriz avaliativa, poderá construir seus meios de verificação” (p. 62). • “Preparação da equipe que irá aplicar a pesquisa: Ressalta-se a importante de treinamento dos agentes para realização do da campo/coleta de dados” (p. 62). • “A Avaliação Final (avaliação da pós-ocupação) é uma tarefa de toda a equipe do Proponente e não somente da equipe social” (p. 63). • “A responsabilidade pela avaliação da pós-ocupação é da equipe local que operacionaliza o projeto. Cada município/estado poderá buscar apoio técnico junto a universidades, institutos de pesquisa e a outros profissionais para que possam realizar a avaliação da melhor forma e se adequar à sua realidade e especificidades. Entretanto, é importante reafirmar que a avaliação deve estar sob a coordenação da equipe local” (p. 63).
U3	Alcance e seleção das informações	<ul style="list-style-type: none"> • Os indicadores do eixo 1 (e também alguns do eixo 2) devem ser aferidos a partir de vitórias técnicas, observações in loco, consulta junto aos responsáveis dos serviços e/ou verificação da execução do projeto executivo, e não a partir da pesquisa de opinião realizada com os entrevistados. Esta forma de coleta de dados deve ser usada no eixo 3 (e algumas partes do eixo 2), destinado à avaliação da satisfação dos moradores. De acordo com a matriz, “o olhar do morador será um contraponto à avaliação objetiva dos eixos moradia e inserção urbana e inclusão social” (p. 7). Nos quadros das páginas 12 a 20, na coluna “Meios de verificação”, os detalhamentos das formas de coleta da informação são mais bem explicitados, justificando a diferença entre “avaliação objetiva” e “olhar do morador”. • “A Matriz Avaliativa é o núcleo comum de eixos, dimensões, indicadores e descritores, é obrigatório para todos os projetos. O proponente poderá acrescentar, a seu critério, outros indicadores e descritores, que sejam de seu interesse avaliar” (p. 63).
U4	Identificação dos fundamentos	Nenhuma exigência ou recomendação que possa ser relacionada.
U5	Clareza do relatório	Nenhuma exigência ou recomendação que possa ser relacionada.
U6	Agilidade na produção e disseminação do relatório de avaliação	N/A
U7	Consequências da avaliação	N/A

(continua)

(continuação)

Critérios de avaliação		Comportamento dos critérios frente aos relatórios	Exigências e recomendações do normativo do HBB/PAC
Viabilidade			
V1	Procedimentos práticos	N/A	Nenhuma exigência ou recomendação que possa ser relacionada.
V2	Viabilidade política		Nenhuma exigência ou recomendação que possa ser relacionada.
V3	Custo-qualidade	S/I	Nenhuma exigência ou recomendação que possa ser relacionada.
Propriedade			
P1	Orientação para os interessados		<ul style="list-style-type: none"> Os processos avaliativos são fundamentais porque produzem conhecimentos necessários à proposição de soluções e avanços da política social. São responsáveis por dar visibilidade aos resultados e impactos, aos acertos e erros, aos avanços e dificuldades, questionando os objetivos e a efetividade das ações. São oportunidades de transparência e interlocução política com a sociedade, possibilitam o exercício do controle social e democratização da gestão pública e considerados um imperativo ético" (p. 3).
P2	Acordos (contratos) formais	S/I	Nenhuma exigência ou recomendação que possa ser relacionada.
P3	Direitos dos indivíduos	S/I	Nenhuma exigência ou recomendação que possa ser relacionada.
P4	Avaliação completa e justa		<ul style="list-style-type: none"> Os indicadores do eixo 1 (e também alguns do eixo 2) devem ser aferidos a partir de vistorias técnicas, observações <i>in loco</i>, consulta junto aos responsáveis dos serviços e/ou verificação da execução do projeto executivo, e não a partir da pesquisa de opinião realizada com os entrevistados. Esta forma de coleta de dados deve ser usada no eixo 3 (e algumas partes do eixo 2), destinado à avaliação da satisfação dos moradores. De acordo com a matriz, "o olhar do morador será um contraponto à avaliação objetiva dos eixos moradia e inserção urbana e inclusão social" (p.7). Nos quadros das páginas 12 a 20, na coluna "Meios de verificação", os detalhes das formas de coleta da informação são mais bem explicitados, justificando a diferença entre "avaliação objetiva" e "olhar do morador".
P5	Transparência na apresentação dos resultados		<ul style="list-style-type: none"> Os indicadores do eixo 1 (e também alguns do eixo 2) devem ser aferidos a partir de vistorias técnicas, observações <i>in loco</i>, consulta junto aos responsáveis dos serviços e/ou verificação da execução do projeto executivo, e não a partir da pesquisa de opinião realizada com os entrevistados. Esta forma de coleta de dados deve ser usada no eixo 3 (e algumas partes do eixo 2), destinado à avaliação da satisfação dos moradores. De acordo com a matriz, "o olhar do morador será um contraponto à avaliação objetiva dos eixos moradia e inserção urbana e inclusão social" (p. 7). Nos quadros das páginas 12 a 20, na coluna "Meios de verificação", os detalhes das formas de coleta da informação são mais bem explicitados, justificando a diferença entre "avaliação objetiva" e "olhar do morador". É recomendável realizar reunião devolutiva para apresentar e refletir com os moradores a avaliação realizada" (p. 64).
P6	Explicitação de conflitos de interesses	S/I	Nenhuma exigência ou recomendação que possa ser relacionada.
P7	Responsabilidade fiscal	S/I	Nenhuma exigência ou recomendação que possa ser relacionada.
Precisão			
A1	Documentação da intervenção		Nenhuma exigência ou recomendação que possa ser relacionada.
A2	Análise do contexto		Nenhuma exigência ou recomendação que possa ser relacionada.
A3	Descrição de finalidades e procedimentos		<ul style="list-style-type: none"> "Processamento e Análise dos dados: Recomenda-se cuidado especial no processamento dos dados e na produção das análises, para garantir a confiabilidade dos resultados" (p. 62). "O Relatório Final de Avaliação deve ser apresentado (...) com o seguinte conteúdo: (...) descrição dos meios e métodos (...) (p. 63)."
A4	Fontes de informações confiáveis		Nenhuma exigência ou recomendação que possa ser relacionada.
A5	Informações válidas		<ul style="list-style-type: none"> "Processamento e Análise dos dados: Recomenda-se cuidado especial no processamento dos dados e na produção das análises, para garantir a confiabilidade dos resultados" (p. 62).
A6	Informações fidedignas		<ul style="list-style-type: none"> "Processamento e Análise dos dados: Recomenda-se cuidado especial no processamento dos dados e na produção das análises, para garantir a confiabilidade dos resultados" (p. 62).

(continua)

(continuação)

Critérios de avaliação	Comportamento dos critérios frente aos relatórios	Exigências e recomendações do normativo do HBB/PAC
Precisão		
A7	Informações sistemáticas	<ul style="list-style-type: none"> ● "Processamento e Análise dos dados: Recomenda-se cuidado especial no processamento dos dados e na produção das análises, para garantir a confiabilidade dos resultados" (p. 62).
A8	Análise das informações quantitativas	<ul style="list-style-type: none"> ● Para realizar uma análise consistente dos dados, recomenda-se confrontar os dados de observações e vistorias técnicas, com dados da satisfação dos moradores. De acordo com a matriz, "o olhar do morador será um contraponto à avaliação objetiva dos eixos moradia e inserção urbana e inclusão social" (p.7).
A9	Análise das informações qualitativas	<ul style="list-style-type: none"> ● "Processamento e Análise dos dados: Recomenda-se cuidado especial no processamento dos dados e na produção das análises, para garantir a confiabilidade dos resultados" (p. 62).
A10	Conclusões justificadas	<ul style="list-style-type: none"> ● As conclusões devem preferencialmente ser baseadas em uma análise consistente dos dados, confrontando os dados de observações e vistorias técnicas, com dados da satisfação dos moradores. De acordo com a matriz, "o olhar do morador será um contraponto à avaliação objetiva dos eixos moradia e inserção urbana e inclusão social" (p. 7).
A11	Relatório imparcial	Nenhuma exigência ou recomendação que possa ser relacionada.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao critério U2 – Qualificação do avaliador, optou-se por não utilizá-lo pelo fato de haver uma divergência significativa entre as recomendações do normativo do MCidades e o entendimento da equipe do Ipea quanto ao que seria uma equipe adequada de avaliação. O normativo afirma que a própria equipe local é responsável pelo processo de avaliação, mostrando possivelmente uma postura em prol da garantia de comprometimento da unidade executora com a avaliação e da internalização de conhecimento que levem ao aprimoramento de intervenções semelhantes. No entanto, vasta bibliografia sobre avaliações indica a necessidade de garantir a imparcialidade do processo e do relato dos resultados através da contratação de uma equipe externa à execução.

Visto que os entendimentos são opostos, a equipe optou por utilizar apenas a questão da multidisciplinaridade da equipe de avaliação na definição do critério U2 – originalmente tal critério também tratava da imparcialidade da equipe de avaliação. Além disso, o critério não foi considerado para a seleção dos relatórios, como indicado acima.

Conforme mostra o quadro 4, foram selecionados sete relatórios de pós-ocupação para realização da próxima etapa deste trabalho. A seleção indica, por outro lado, a exclusão dos relatórios que não atenderam aos requisitos mínimos para que seus dados pudessem ser sistematizados. A próxima etapa caracteriza uma mudança de foco do trabalho: da avaliação dos relatórios de avaliação de pós-ocupação concluídos, para a avaliação do normativo que regulamenta a realização de tais avaliações, ou seja, a matriz de indicadores do Programa HBB.

QUADRO 4
Síntese da aplicação dos critérios de seleção dos relatórios de avaliação de pós-ocupação a serem considerados nas próximas etapas

Síntese das meta-avaliações		Relatórios de avaliação de pós-ocupação																										
		1	2	3	4*	5	6	7	8 e 9*	10 e 11*	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27		
Utilidade		N	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S	
U1	Identificação do entrevistado	N	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N	S	S	S	
U3	Alcance e seleção das informações	N	N	S	N	S	S	S	S	N	S	S	S	N	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N	S	S	S	
U4	Identificação dos fundamentos	N	N	S	N	S	S	S	S	N	S	S	S	N	S	N	N	S	S	N	S	N	N	S	N	S	S	
U5	Clareza do relatório	N	S	S	N	S	N	S	N	S	S	S	S	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S	S	S	
Propriedade																												
P1	Orientação para os interessados	N	N	S	S	S	N	S	S	N	S	S	S	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S	S	S	S	S	
P4	Avaliação completa e justa	N	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	S	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S	S	
P5	Transparência na apresentação dos resultados da avaliação	N	N	S	S	S	N	S	N	S	N	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S	N	S	S	
Precisão																												
A1	Documentação da intervenção	N	N	N	S	S	N	S	S	N	S	S	N	S	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	S	S	
A3	Descrição de finalidades e procedimentos	N	N	S	S	N	S	S	S	S	S	S	S	N	S	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S	S	
A4	Fontes de informações confiáveis	N	S	S	S	N	S	S	S	N	S	S	S	N	S	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S	S	
A5	Informações válidas	N	N	S	N	N	S	S	S	N	S	S	S	N	S	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S	S	
A6	Informações fidedignas	N	N	S	N	N	S	S	S	N	S	S	S	N	S	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S	S	
A7	Informações sistemáticas	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	
A8	Análise das informações quantitativas	N	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	S	N	S	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S	S	
A9	Análise das informações qualitativas	N	N	S	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S	S	
A10	Conclusões justificadas	N	N	S	N	S	S	S	S	N	S	S	S	N	S	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S	S	
A11	Relatório imparcial	N	N	S	S	S	N	S	S	N	S	S	S	N	S	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	S	S	
Síntese de cada meta-avaliação:		1	2	3	4*	5	6	7	8 e 9*	10 e 11*	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27		
Nº de critérios atendidos		0	3	16	7	12	8	15	11	4	16	16	1	0	2	13	2	2	2	2	0	3	2	9	17	15		
Nº de critérios não atendidos		17	14	1	10	5	9	2	6	13	1	1	16	17	15	4	15	15	15	17	14	15	8	0	2	0		
Nº de critérios que não foi possível avaliar		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	
Nº de critérios que não se aplicam		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Os relatórios marcados com * são resumos.

5 META-AVALIAÇÃO PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS: ANÁLISE DA MATRIZ DE INDICADORES DO NORMATIVO DE AVALIAÇÃO

O normativo do MCidades denominado *Matriz de indicadores para avaliação do pós-ocupação dos projetos-piloto de investimento-intervenção em favelas* orienta a elaboração de relatórios de avaliação de pós-ocupação das intervenções em assentamentos precários. Este normativo é resultado de um processo iniciado em 2004 que, coordenado pela Secretaria Nacional de Habitação (SNH) do MCidades, e realizado pelo Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IEE/PUC-SP), contou com intensa participação de técnicos de prefeituras, universidades e prestadoras de serviço. A *Matriz de indicadores* foi elaborada para orientar as avaliações de intervenções realizadas no âmbito do já encerrado Programa HBB, mas continua sendo utilizada para as intervenções realizadas com recursos do governo federal dentro do PAC.

Quanto às intervenções de urbanização de assentamentos precários realizadas no âmbito do PAC, a *Matriz de indicadores* é de aplicação recomendada para todas as intervenções, e obrigatória para aquelas com valor superior a R\$ 9 milhões, sendo que neste caso sua entrega é considerada como condição para conclusão do termo de compromisso ou contrato e aprovação da prestação de contas.¹¹ Considera-se a aplicação da *Matriz de indicadores* como sendo a utilização do núcleo comum de eixos, dimensões, indicadores e descritores propostos pelo Normativo para a avaliação, sendo admissível a inclusão de outros indicadores e descritores por interesse da equipe avaliadora.¹²

Desta forma, o normativo propõe uma estrutura mínima de avaliação que consiste em diferentes níveis de organização da informação que deve ser coletada. Primeiramente, destacam-se três eixos que concorrem para a dimensão fim principal – definida como “efetividade e sustentabilidade dos projetos em pós-ocupação” – e que “compõem a totalidade dos aspectos que se quer avaliar”. São eles: eixo 1 – Moradia e inserção urbana; eixo 2 – Inclusão social; e eixo 3 – Satisfação do morador. Cada eixo

11. Segundo o anexo II da Instrução Normativa nº 8 do MCidades, de 26 de março de 2009, que dispõe sobre as Instruções Específicas para Desenvolvimento de Trabalho Social em Intervenções de Urbanização de Assentamentos Precários (item X – Avaliação de pós-ocupação, parágrafo 3º).

12. Segundo o anexo II da Instrução Normativa nº 8 do MCidades, de 26 de março de 2009, e também de acordo com Brasil, disponível em: <www.cidades.gov.br>

é dividido em diversas dimensões “dependentes e interdependentes” que são, por sua vez, divididas em indicadores. A cada indicador correspondem diversos descritores.¹³ Conforme mostra o exemplo do quadro 5, os descritores seriam o nível de orientação mais detalhado da *Matriz de indicadores* para a realização dos processos de avaliação de pós-ocupação (BRASIL, 2004, p. 11-12).

QUADRO 5

Matriz de indicadores para avaliação do pós-ocupação dos projetos-piloto de investimento intervenção em favelas¹

Dimensões	Indicadores	Descritores	Meios de verificação
Infraestrutura básica	1. Abastecimento de água	1. Percentual (%) de domicílios atendidos e adequadamente ligados ao sistema	- verificação no projeto executivo
	2. Rede de esgoto	2. Regularidade do abastecimento de água	
	3. Coleta de lixo	3. Frequência, suficiência de pontos de coleta e adesão à coleta pública de lixo	
	4. Iluminação pública	4. Manutenção dos sistemas	- vistoria ou observação de campo
	5. Rede de eletricidade	5. Ligações clandestinas	
	6. Drenagem pluvial e fluvial	6. Manutenção dos sistemas 7. Alagamento/inundação 8. Processos erosivos/assoreamento	- consulta junto aos responsáveis pelos serviços (concessionária ou companhias)
	7. Vias veiculares	9. Percentual (%) de vias pavimentadas 10. Percentual (%) de vias com calçadas (passeios) 11. Manutenção de vias veiculares 12. Ocorrências de atropelamento	- questionário com moradores
	8. Vias de pedestres	13. Percentual (%) de vias com menos de 1,5 metro de largura 14. Percentual (%) de vias pavimentadas 15. Manutenção e Limpeza	

Fonte: Brasil (2004).

Nota: ¹Extrato do normativo, p. 12.

No entanto, é possível encontrar orientações ainda mais detalhadas que os descritores no capítulo destinado às conceituações da *Matriz de indicadores*. Ao observar os conceitos dos descritores, apresentados na forma de parágrafos explicativos (conforme mostra o extrato do normativo no quadro 6), é possível perceber que os descritores podem ainda ser subdivididos em itens que podem ser efetivamente mensurados em um processo de avaliação, constituindo assim o nível de orientação mais detalhado da *Matriz de indicadores*, que chamaremos de *itens mensuráveis*.

13. Convém aqui destacar que o entendimento do conceito de indicador da equipe do Ipea – e de ampla bibliografia sobre o tema da avaliação – é diferente do entendimento da *Matriz de indicadores* do normativo de avaliação das intervenções do programa HBB. Neste normativo, os indicadores correspondem a grandes temas de agrupamento dos descritores, enquanto os descritores, por sua vez, correspondem a demandas de informações ou, em alguns casos, ao conceito comumente utilizado de indicador – segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), “parâmetro ou valor calculado a partir dos parâmetros, fornecendo indicações sobre ou descrevendo o estado de um fenômeno, do meio ambiente ou de uma zona geográfica”.

QUADRO 6

Matriz de indicadores para avaliação do pós-ocupação dos projetos-piloto de investimento intervenção em favelas¹

d) Conceitos descritores
Descritores – moradias e inserção urbana
Para os indicadores de infraestrutura:
<ul style="list-style-type: none">● abastecimento de água● rede de eletricidade● solução para esgotamento sanitário● iluminação pública● coleta de lixo
1. Percentual (%) de domicílios atendidos e adequadamente ligados aos sistemas
Considerar porcentagem sobre o total de domicílios existentes na área da intervenção. Verificar quantos têm acesso às redes de água e eletricidade. Checar se todos os que têm acesso às redes, estão conectados a elas por ligações domiciliares adequadas. Com relação ao esgotamento sanitário, especificar qual o sistema adotado. Quando se tratar de redes coletoras de esgotos, proceder do mesmo modo que em relação a água e eletricidade. Quando se tratar de outra solução, especificar o tipo adotado (fossa negra, fossa séptica etc.). Para a iluminação pública, aferir a porcentagem de domicílios que tem a entrada iluminada. Quando houver vias com trechos sem acesso para domicílios, aferir a porcentagem do comprimento da via (veicular ou de pedestres) que não é iluminada. Para a coleta de lixo, verificar se há coleta domiciliar e a porcentagem de domicílios atendidos.

Fonte: Brasil (2004).

Nota: ¹Extrato do normativo, p. 31.

O entendimento de que o nível de orientação mais detalhado da *Matriz de indicadores* corresponde aos itens contidos no parágrafo de conceituação dos descritores, chamados aqui de *itens mensuráveis*, se confirma a partir da análise detalhada dos relatórios de avaliação selecionados nas etapas anteriores deste plano de trabalho. Utilizando o exemplo do descritor nº 1, mostrado do quadro 6, foi possível perceber que as avaliações selecionadas não apresentam respostas ao descritor “percentual (%) de domicílios atendidos e adequadamente ligados aos sistemas”, mas sim ao detalhamento do seu conceito: considerando a “porcentagem sobre o total de domicílios existentes na área da intervenção”, verificou-se “quantos têm acesso às redes de água” e quantos têm acesso às redes de eletricidade, separadamente – e assim por diante.

Desta forma, para todos os descritores da *Matriz de indicadores*, foi necessário destacar seus respectivos itens mensuráveis¹⁴ (a lista com todos os itens mensuráveis está presente no anexo II). É importante destacar que neste processo não houve

14. Destaca-se que a proposta de organização da *Matriz de indicadores* em forma de quadro, com o detalhamento dos itens mensuráveis, foi validada em reunião com os técnicos da SNH e da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) do MCidades, no dia 29 de abril de 2011.

qualquer tipo de alteração das informações contidas no normativo; trata-se apenas de apresentar a mesma informação de maneira mais objetiva, sob a forma de itens. Tomando novamente o exemplo do descritor “percentual (%) de domicílios atendidos e adequadamente ligados aos sistemas”, os itens mensuráveis que puderam ser destacados aparecem no quadro 7:

QUADRO 7

Matriz de indicadores para avaliação do pós-ocupação dos projetos-piloto de investimento intervenção em favelas¹

Indicadores	Descritores	Itens mensuráveis
Eixo 1: Moradia e inserção urbana		
Dimensão: infraestrutura básica		
Abastecimento de água/rede de eletricidade/ solução para esgotamento sanitário/ Iluminação pública/coleta de lixo	1. % de domicílios atendidos e adequadamente ligados aos sistemas (sobre o total de domicílios existentes na área de intervenção)	1.1 % de domicílios com acesso às redes de água
		1.2 com acesso às redes de água, % de domicílios conectados por ligações domiciliares adequadas
		1.3 % de domicílios com acesso às redes de eletricidade
		1.4 com acesso às redes de eletricidade, % de domicílios conectados por ligações domiciliares adequadas
		1.5 % de domicílios com a entrada iluminada (iluminação pública)
		1.6 se vias com trechos sem acesso para domicílios, % do comprimento da via (veicular ou de pedestres) que não é iluminada
		1.7 sistema de esgotamento sanitário adotado
		1.8 se redes coletoras de esgoto, % de domicílios com acesso
		1.9 com acesso às redes coletoras de esgoto, % de domicílios conectados por ligações domiciliares adequadas
		1.10 existência de coleta domiciliar de lixo
		1.11 % de domicílios atendidos pela coleta domiciliar de lixo

Fonte: Brasil (2004). Elaboração própria.

Nota: ¹Extrato da *Matriz de indicadores* da lista completa no anexo II, do anexo A.

Com a organização das orientações da *Matriz de indicadores* em formato de quadro, destacou-se um total de 192 itens mensuráveis, associados a 100 descritores. Os descritores por sua vez estão associados a 23 indicadores para o eixo 1 – Moradia e inserção urbana; 5 indicadores no eixo 2 – Inclusão social; e 22 no eixo 3 – Satisfação do morador.

Além dos 192 itens mensuráveis já presentes na *Matriz de indicadores*, é importante lembrar que o próprio normativo prevê a inclusão de outros indicadores e descritores por interesse da equipe avaliadora. Assim, com o preenchimento das

informações correspondentes a cada item mensurável da *Matriz de indicadores* a partir dos relatórios de avaliação selecionados (processo que será detalhado na seção a seguir), somaram-se 71 novos itens mensuráveis, perfazendo o total de 263 itens.

5.1 ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO DOS RELATÓRIOS SEGUNDO “ITENS MENSURÁVEIS”

Com o detalhamento dos itens mensuráveis da *Matriz de indicadores*, foi possível observar detalhadamente os relatórios de avaliação previamente selecionados, destacando as informações por eles levantadas e relacionadas a cada item. Esta tarefa estava, a princípio, relacionada à necessidade levantada pelos técnicos do MCidades de possuir um documento de sistematização dos dados presentes nos relatórios, com o objetivo de comparar resultados das diversas intervenções. No entanto, pela diversidade de tipos de dados apresentados, e também pela igual diversidade de fontes e formas de coleta das informações correspondentes a um mesmo item mensurável, uma comparação de dados não é recomendada, uma vez que as diversas avaliações trazem dados nos quais a forma e o conteúdo são tão diferentes que inviabilizam comparações.

O dado bruto apresentado por cada relatório selecionado – e correspondente a cada item mensurável – foi destacado, embora não sirva para exercícios de comparação. Além do dado em si, foram observadas as seguintes variáveis para cada item mensurável a partir de cada relatório de avaliação selecionado:

- 1) Presença: trata-se da menção feita pelo relatório em questão ao item mensurável. O item mensurável pode simplesmente não aparecer no relatório (neste caso, a resposta é “não”), ou então se confirma sua presença. Esta variável não inclui nenhum tipo de análise de qualidade do dado, ou da sua fonte; avalia apenas a presença do item mensurável no relatório selecionado.
- 2) Tipo do dado: confirmando-se a presença do item mensurável no relatório analisado, verifica-se se o dado apresentado é quantitativo (contendo valores numéricos de qualquer ordem: em porcentagem, número de domicílios ou moradores, contagem de metros lineares ou metros quadrados, contagem de ocorrências etc.) ou qualitativo (não sendo relacionado sistematicamente a um tipo de avaliação de satisfação, ou opinião, mas sim a uma informação

explicativa que não contém valores numéricos, por exemplo, “todas as vias são pavimentadas”).

- 3) Fonte e/ou forma de coleta do dado: com o item mensurável presente no relatório, observa-se qual é a fonte do dado apresentado ou a forma de sua coleta, considerando apenas o que esteja devidamente explicitado no documento. Para a verificação desta variável, nenhuma inferência foi feita, ou seja, a fonte deve estar indicada no relatório. Se esta informação não é clara, optou-se pelo preenchimento da variável com a sigla S/I – sem informação. As seguintes siglas foram utilizadas para identificar as diferentes fontes utilizadas pelos relatórios para levantamento da informação:

- a) LC: levantamento de campo e observações *in loco*;
- b) PO: pesquisa de opinião, mesmo questionário feito com amostra de moradores, e entrevistas livres com moradores;
- c) CONC: concessionária de serviços;
- d) ENTR: entrevistas com gestores e/ou executores;
- e) PROJ: consulta aos projetos da intervenção; e
- f) DOC: documentos oficiais sobre a intervenção (registros da prefeitura, por exemplo) e consulta aos jornais da época.

A partir do preenchimento das informações dos sete relatórios de avaliação previamente selecionados, é possível observar o comportamento de cada um dos 263 itens mensuráveis – tanto os indicados pela *Matriz de indicadores*, como os criados pelas diferentes equipes avaliadoras – quanto às três variáveis anteriormente destacadas: presença, tipo e fonte do dado. Tais informações servem de subsídio para algumas das análises apresentadas a seguir.

5.2 ANÁLISE DOS DESCRITORES

Os itens mensuráveis constituem o nível de informação mais detalhado da *Matriz de indicadores* do normativo avaliado, conforme vimos anteriormente. No entanto, tais itens não são destacados na forma como a matriz é apresentada, enquanto os

denominados “indicadores” e “descritores” são os níveis de informação que realmente estruturam toda a proposta metodológica de avaliação contida no normativo. Com isso, é conveniente analisar os descritores, quanto aos aspectos de sua relevância e de seu enquadramento em uma estrutura lógica “hipotética”, podendo-se, temporariamente, dispensar seu detalhamento em itens mensuráveis, que será retomado na subseção 5.3.

5.2.1 Quanto à sua relevância

O conceito aqui adotado para relevância refere-se à importância do descritor para avaliação da teoria, do fundamento, da finalidade, dos objetivos do programa. Refere-se também à funcionalidade que o descritor pode exercer na transformação da política pública, seja via aprimoramento do programa, seja através de transformações em práticas de gestão, execução etc.

Do total de 100 descritores da *Matriz de indicadores*, 89 são considerados como de alta ou média relevância, destacando-se que todos os descritores do eixo 3 (Satisfação do morador) foram considerados de alta relevância.

Em consonância com o conceito adotado e transcrito acima, a maioria das avaliações de baixa relevância foi atribuída a descritores que não se encontram fundamentados em produtos e resultados (ver análise dos descritores segundo estrutura lógica, adiante), incluídos nas intervenções ou delas decorrentes, diretamente. Por exemplo, aos descritores “ocorrências de assaltos e outras formas de violência...” e “ocorrências de atropelamentos”, dentre outros, foi atribuída baixa relevância porque não há previsão de ações específicas para segurança e segurança viária nos projetos; idem para “regularidade do transporte [coletivo]”, pois esse descritor está relacionado à operação de um serviço cuja provisão não cabe à intervenção; e idem para “melhora ou piora [da qualidade da água de rios e lagos]”, pois tal descritor refere-se a bacias hidrográficas como um todo, para as quais a contribuição, por meio de tratamento de esgotos e destinação de resíduos sólidos em intervenções de pequena monta, pode ser marginal, ou caracterizar impactos indiretos. Situação semelhante ocorre com descritores relativos à renda e à empregabilidade de moradores.

Outro caso é o de descritores que pressupõem condições muito exigentes e dificilmente atendidas em intervenções em assentamentos precários no prazo decorrido entre o término da execução do projeto e a realização da avaliação pós-ocupação,

o que ocorre com “escritura registrada” e “incremento de anos de escolaridade dos responsáveis pelos domicílios”.

5.2.2 Segundo a estrutura lógica

A conveniência de se classificar os descritores da matriz segundo os tipos de elementos de uma estrutura lógica se dá pela explicitação das naturezas dos diferentes objetos sendo mensurados, que de alguma forma se encaixam nas categorias de ações e efeitos destas ações. Como ações teríamos os produtos das intervenções, e como efeitos, os resultados intermediários, os finais e os impactos. Ressalta-se a diferenciação dos efeitos de acordo com o seu amadurecimento ao longo do tempo.

Ao fazer essa classificação é possível deixar claro que tipo de conexão lógica está implícita entre os esforços da intervenção e seus efeitos. Para que os efeitos desejados sejam atingidos é necessário que a ação precisa e correspondente seja desenvolvida. Da mesma maneira é possível checar e analisar se os pressupostos dessa relação de causa e consequência são plausíveis.

Ressaltamos que a classificação aqui apresentada foi feita de maneira expedita e exploratória, uma vez que, se seguida rigorosamente a metodologia, essa classificação seria feita a partir da construção do Modelo Lógico¹⁵ de um projeto-padrão do programa. Para tanto, informações sobre o programa deveriam ser buscadas, incluindo entrevistas que deveriam ser feitas com os formuladores do projeto, e a partir de uma árvore de problemas seria validada a matriz de indicadores com as categorias de produto, resultados intermediário e final, e impacto. Assim adviria uma estrutura pactuada das prioridades e objetivos que concorrem para o resultado final da intervenção.

Além das categorias de ações e efeitos, classificamos indicadores que estariam medindo fenômenos que estão fora dessa conexão causal, ou seja, não são nem ação, nem efeito, mas são fatores importantes para a compreensão dos efeitos ocorridos. Para tanto também criamos as categorias “ações complementares e viabilizadoras de resultados” e “fatores de contexto”.

15. A respeito do Modelo Lógico, ver Ferreira, Cassiolato e Gonzalez (2007, 2009). Um relato da elaboração de Modelo Lógico de intervenção de urbanização de favelas está apresentado em Ipea (2010).

O quadro 8 apresenta a definição de cada categoria utilizada e os totais de cada categoria. Foram considerados os 100 descritores da matriz original do HBB. Destes, 17 são relativos aos tipos de indicadores comentados no parágrafo anterior. Para uma avaliação de resultados da intervenção consideramos que este tipo de indicador não deveria ser a prioridade de aferição.

QUADRO 8**Classificação dos descritores da Matriz de indicadores segundo estrutura lógica**

Classificação dos descritores por tipos de uma estrutura lógica	Número de ocorrências
AV – Ações complementares e viabilizadoras de resultados: trata-se das ações de manutenção de equipamentos e infraestruturas, bem como da prestação de serviços essenciais para que os objetivos de cada um dos resultados seja atingido.	14
FC – Fatores de contexto: enunciados relativos à realidade que envolve as inúmeras dimensões do programa ou da intervenção, podendo favorecer ou comprometer sua execução.	3
IM – Impactos: refere-se aos efeitos do projeto que podem ser diretamente associados ao alcance do resultado final.	17
PR – Produtos: refere-se às resultantes das ações previstas e executadas a partir da intervenção.	8
RF – Resultado final: remete à mudança do problema estabelecido pelo programa ou intervenção, mede a capacidade de atingir o objetivo da própria ação.	28
RI – Resultados intermediários: refere-se às mudanças nas causas críticas do problema enfrentado pelo programa ou intervenção.	30
Total	100

Fonte: Elaboração própria.

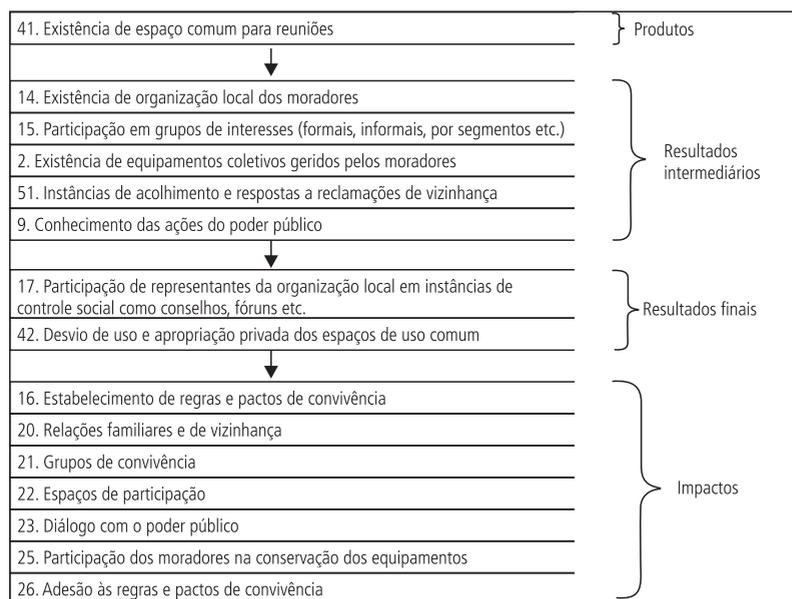
Por outro lado, a matriz foi desenvolvida para um tipo específico de avaliação de resultados, a avaliação de pós-ocupação. Portanto, não nos parece surpreendente o pequeno número de indicadores classificados como de produto – são somente oito. Na verdade, seria compreensível que não houvesse nenhum indicador desse tipo na matriz – o que nos levou a classificar alguns descritores como de produto foi o fato de estarem diretamente relacionados a ações do projeto.

A partir da classificação feita é possível construir possíveis árvores de relações entre os descritores. Como poucos são os de produto, não se estabelecem relações completas de causa e efeito. É possível resgatar as relações de temporalidade implícita nas diferentes naturezas dos diferentes indicadores. Estes caminhos de efeitos referem-se a temas específicos, explicando-se assim como o critério de agrupamento dos itens mensuráveis por temas “conversa” com o critério de agrupamento dos descritores. Como exemplo, mostramos a seguir descritores relativos ao tema “Cidadania e participação”.

O quadro 9 ajuda a explicitar com que importância e de que maneira o tema estaria refletido no resultado final, mostrando que faz parte do problema diagnosticado. No entanto, também deixa claro como o único descritor de produto seria insuficiente como motivador de todos os efeitos esperados refletidos nos descritores de resultados intermediários. A construção de espaços de uso comum para reuniões por si só não induz a formação de organização local de moradores, a participação em grupos de interesses etc. Esta análise é importante para questionar: existem outras ações do programa que agem nesse sentido e que não estão sendo medidas, pois trata-se de Avaliações pós-ocupação (APO), ou o programa está sendo ambicioso demais nos resultados esperados?

QUADRO 9

Descritores segundo estrutura lógica para o tema Cidadania e participação



Fonte: Elaboração própria.

Não vamos expor aqui todas as outras relações lógicas entre os descritores, decorrentes da classificação segundo estrutura lógica. Mas este tipo de análise também pode ser feita para outros temas. Com relação ao tema “inserção no mundo do trabalho”, por exemplo, os impactos são ambiciosos: aumento da renda média familiar, incremento de formas de geração de renda, incremento de anos de escolaridade. Mas os efeitos esperados anteriores (resultados intermediários) não parecem ser coerentes com esses impactos: crianças fora do ensino fundamental e fora de creches.

Enfim, seria necessário analisar de maneira mais detalhada o ajuste dos resultados intermediários e as ações realmente previstas e levadas a cabo por cada projeto. Sem sabermos o que os projetos fizeram de concreto é difícil avaliar esse ajuste. Os resultados intermediários deveriam refletir essa aderência, de maneira a possibilitar a análise da plausibilidade do alcance dos resultados finais e impactos pretendidos. Lembramos que de alguma maneira esse tipo de análise foi feita, pensando no escopo do programa, a partir da análise de relevância desenvolvida no item anterior. A análise da estrutura lógica sem extrair descritores de baixa relevância destaca de outra forma a não contribuição dos mesmos para a transformação do problema proposto pelo programa. Essa conclusão corrobora a noção aqui sustentada de que se faz necessária uma prévia estruturação lógica do programa que preveja inclusive seu processo avaliativo, o que não parece ter sido feito no caso em tela.

5.3 ANÁLISE DOS ITENS MENSURÁVEIS

5.3.1 Quanto ao comportamento

A organização das informações sobre a presença, o tipo e a fonte do dado, conforme detalhamento na subseção 5.1, indica o comportamento dos itens mensuráveis nos sete relatórios de avaliação selecionados. Tais padrões de comportamento foram analisados segundo a adequação e a viabilidade de cada item mensurável.

O conceito de adequação adotado neste trabalho diz respeito à capacidade do item mensurável de medir efetivamente aquilo que ele descreve, ou seja, a transformação da realidade advinda de um produto, de um resultado intermediário ou de um resultado final. A adequação refere-se também à capacidade do item mensurável em retratar o grau/grandeza no(a) qual se dá essa transformação, ou seja, expressa a precisão do indicador.

E o conceito de viabilidade utilizado aqui se refere ao custo/benefício de aferir o indicador em determinado contexto, ou seja, em referência à sua aplicação em um projeto específico. Refere-se à existência de fonte de informação, à capacidade ou facilidade de acesso a esta fonte, à existência de periodicidade etc.

A partir de tais definições, e com base nas informações organizadas a partir dos relatórios de avaliação selecionados, o método utilizado para inferir a adequação de

um item mensurável relaciona-se à sua presença nos relatórios e à fonte dos dados apresentados em cada um deles. Assim, considerou-se adequado o item mensurável cujo comportamento indica presença em mais de metade, ou seja, em ao menos quatro das sete avaliações, analisado de forma combinada à fonte dos dados, que deve ser igual à esperada em ao menos quatro do total de sete relatórios. A análise de adequação indica, portanto, se o item mensurável foi aferido de forma (in)adequada na maioria dos relatórios, considerando a fonte dos dados apresentados, por exemplo: se a fonte mais adequada é levantamento de campo para determinado item mensurável, e ele foi medido através de pesquisa de opinião com os moradores na maioria dos relatórios selecionados, pode-se afirmar que há indicativos de inadequação para este item.

Quanto à viabilidade, mesmo que o conceito aqui adotado faça referência à relação custo e benefício, não há informações suficientes sobre as avaliações realizadas que nos permitam fazer afirmações sobre esta relação. Por isso, o método de inferência adotado relaciona-se apenas à viabilidade técnica de aferição do item mensurável, sem levar em conta a questão dos custos de aferição – mesmo que tal questão seja extremamente importante. Assim, considerou-se viável o item mensurável cujo comportamento atesta presença em ao menos quatro das sete avaliações, combinado ao tipo de dado apresentado (quantitativo ou qualitativo), que deve ser igual ao esperado também em pelo menos quatro das sete avaliações. Assim, a análise de viabilidade indica se o item mensurável foi ou não aferido da forma que se esperava na maioria dos relatórios, por exemplo: se o item mensurável relaciona-se à aferição de uma porcentagem, e a maioria dos relatórios apresentou um dado qualitativo, então há indícios de inviabilidade técnica para este item.

Assim, adequação diz respeito à fonte do dado e viabilidade ao tipo de dado, sendo que ambos levam em conta a presença, e adotando como maioria quatro relatórios em um total de sete.

É importante destacar que tais relatórios não podem ser considerados como uma amostra representativa de todas as avaliações realizadas; trata-se de uma seleção dos melhores relatórios de acordo com critérios adotados internacionalmente para avaliar a qualidade de processos avaliativos. Neste sentido, as análises feitas a partir do comportamento dos itens mensuráveis nos relatórios selecionados dão indicativos das facilidades e dificuldades que tais processos de avaliação podem ter enfrentado para seguir as orientações da *Matriz de indicadores* do MCidades. No entanto, não podemos

afirmar que os itens mensuráveis terão o mesmo padrão de comportamento em outras avaliações – sejam as avaliações finalizadas, mas não levadas em conta na seleção desta pesquisa, ou até mesmo avaliações ainda não realizadas.

Assim, quando tratamos aqui de análises de adequação e de viabilidade, significa que a análise das informações contidas nos sete relatórios de avaliação selecionados indica comportamentos (in)adequados e (in)viáveis de cada item mensurável. Não se trata, portanto, de afirmar que tais itens mensuráveis são (in)adequados e (in)viáveis na sua essência, mas que há indícios de que eles possam se comportar de forma (in)adequada e (in)viável, como já foi verificado nos sete relatórios em questão.

O método utilizado para inferir a adequação e a viabilidade de cada item mensurável ainda depende da definição do tipo e da fonte de dados mais coerente com o que o item se propõe a medir. Trata-se da definição do tipo e da fonte ideal ou esperada na aferição de cada item mensurável.

A fonte de dados esperada é, em alguns casos, determinada pela *Matriz de indicadores* no detalhamento dos conceitos dos descritores. Por exemplo, quando o normativo indica “verificar junto aos moradores se (...)”, espera-se que a fonte dos dados coletados por cada relatório de avaliação seja a pesquisa de opinião, sob a forma de questionários ou entrevistas livres junto aos moradores.

No entanto, nem sempre esta orientação é dada pela *Matriz de indicadores*. Nos casos em que a fonte dos dados que deve ser utilizada pelas avaliações não é indicada pelo normativo, optou-se por definir a fonte ideal a partir do enunciado do item mensurável, buscando indicar a fonte que seria mais adaptada a uma correta medição do item em questão. Por exemplo, quando tratamos de itens relacionados à infraestrutura urbana, entendemos que o melhor meio de verificação em grande parte dos casos é o levantamento de campo. Ainda quanto à infraestrutura urbana, é possível em certos casos indicar a consulta aos projetos da intervenção como fonte dos dados, ou então às concessionárias de serviços. Mas entende-se que sobre este tema específico não é recomendável utilizar pesquisas de opinião dos moradores. Há situações em que mais de uma fonte pode ser utilizada para aferir de forma satisfatória o item em questão.

O tipo de dado esperado é definido de acordo com o enunciado do item mensurável. Por exemplo, se o item indica em seu enunciado a necessidade de aferição de valores numéricos (porcentagem; número de domicílios, de moradores, de ocorrências, de metros lineares ou metros quadrados etc.), espera-se que o dado coletado em cada relatório de avaliação seja quantitativo. Há situações em que se espera que o dado seja qualitativo, mas se for possível indicar também dados numéricos, a aferição poderia ser ainda mais precisa. Assim, há casos em que o dado pode ser quantitativo ou qualitativo; as duas formas garantem que o item seja aferido de forma satisfatória.

As análises indicaram 46 itens mensuráveis adequados e 104 viáveis no total de 192 itens presentes na *Matriz de indicadores*. Portanto, 146 itens apresentaram comportamento inadequado e 88, inviável. Tais análises de adequação e viabilidade não foram realizadas para os itens mensuráveis propostos pelas equipes avaliadoras (71 “novos” itens mensuráveis), pois eles não fazem parte do escopo do normativo aqui avaliado.

5.3.2 Quanto ao desempenho

Dos 192 itens mensuráveis, 173 estão relacionados a descritores considerados como relevantes (cuja relevância foi classificada como alta ou média). Dentre eles, 40 são também adequados e viáveis, sendo que 24 avaliam a satisfação dos moradores (eixo 3). O grande número de itens mensuráveis relevantes, adequados e viáveis no eixo 3 (24 de um total de 26 itens) indica que, nos casos em que a *Matriz de indicadores* é bastante clara nas suas orientações (ou seja, quanto ao tipo de dado esperado e também quanto à fonte que deve ser utilizada para coleta dos dados, como é o caso para o eixo 3), a mensuração tende a ser adequada e viável.

Ainda dentro do universo de 173 itens mensuráveis relacionados a descritores relevantes, 58 são também viáveis, porém inadequados. Este comportamento pode estar relacionado à falta de orientações claras na *Matriz de indicadores* quanto à fonte que deve ser utilizada na coleta dos dados. Inadequação combinada com viabilidade indica que o item foi medido na maioria dos relatórios de avaliações, porém utilizando uma fonte de dados inadequada.

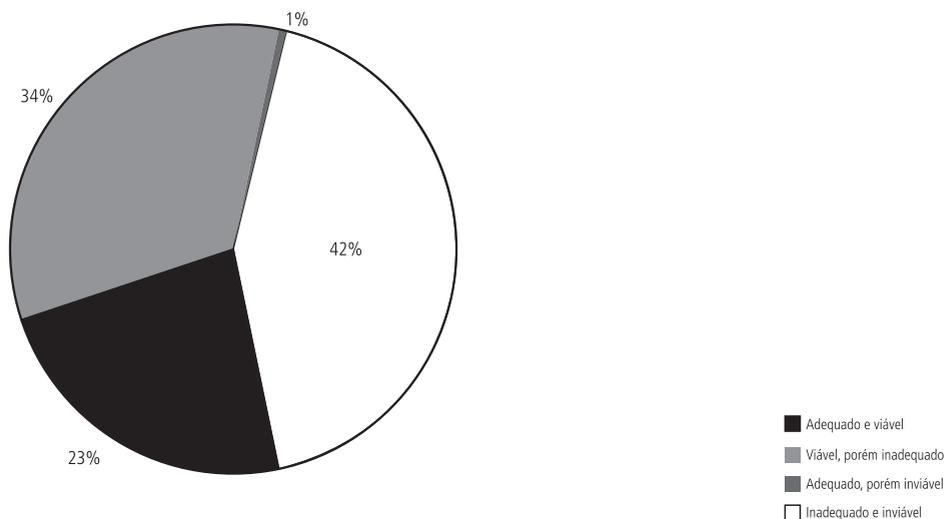
Apenas um único item mensurável, relacionado a um descritor de relevância média, é adequado, porém inviável: no eixo 1 – Moradia e inserção urbana, o item 22.2 “% dos pontos de travessia das vias veiculares que apresentam rebaixamento das

calçadas” (que se refere ao descritor número 22: “Rebaixamento de calçadas em pontos de travessia”, do indicador “Acessibilidade e mobilidade”, dimensão “Mobilidade urbana”). A inviabilidade neste caso está relacionada ao fato de que a maioria dos relatórios apresentou uma informação qualitativa para este item mensurável (por exemplo, “alguns pontos de travessia das vias veiculares apresentam rebaixamento das calçadas”), indicando possivelmente uma dificuldade em aferir a porcentagem exata de ocorrências e/ou o tamanho exato do universo de “pontos de travessia”.

Ainda dentro do universo de 173 itens mensuráveis relacionados a descritores relevantes, é preciso destacar o fato de que 74 itens apresentaram um comportamento inadequado e inviável, mesmo sendo de grande importância para uma avaliação de pós-ocupação de intervenção em assentamentos precários. Tal comportamento indica que estes 74 itens necessitam de uma orientação mais detalhada para que possam ser devidamente aferidos.

GRÁFICO 1

Comportamento dos itens mensuráveis relacionados a descritores relevantes da Matriz de indicadores



Fonte: Elaboração própria.

Dos 192 itens mensuráveis, 19 estão relacionados a descritores considerados como de relevância baixa, sendo que 13 deles também tiveram comportamento inadequado e inviável, conforme lista o quadro 10.

QUADRO 10

Lista de itens mensuráveis da Matriz de indicadores relacionados a descritores irrelevantes e cujo comportamento se revelou inadequado e inviável em função dos relatórios de avaliação selecionados

Eixo	Dimensão	Indicador	Descritor	Item mensurável
1 - Moradia e inserção urbana	Infraestrutura básica	Vias veiculares	12. Ocorrências de atropelamentos	12.2. Tipo de ocorrências 12.3. Indicação de possíveis causas (ausência de sinalização, trechos com tráfego forçado em marcha-ré devido à insuficiência de largura para manobra de veículos, etc.)
	Qualidade ambiental	Qualidade de água de rios e lagos	24. Melhor ou piora em relação aos indicadores aferidos no início da intervenção	24.1. Qualidade da água melhorou ou piorou em relação à situação anterior à intervenção? (repetir as análises realizadas naquela ocasião, e comparar resultados)
	Regularização fundiária	Documento de regularização	45. Escritura registrada	45.1. % de domicílios sobre o total da área da intervenção que possuem escritura do domicílio registrada no Cartório de Registro de Imóveis
	Acesso a serviços sociais públicos	Segurança pública	12. Presença de grupos ligados ao tráfico	12.1. Presença de grupos ligados ao tráfico 12.2. Existência de formas de pressão desses grupos sobre a população
2 - Inclusão social	Cidadania e participação	Organização dos moradores	16. Estabelecimento de regras e pactos de convivência	16.1. Existência de regras e pactos de convivência 16.2. Formas pelas quais os pactos foram acordados 16.3. Grau de aceitabilidade das regras e pactos de convivência: % de cumprimento das regras e pactos
	Inserção no mundo de trabalho	Economia familiar	19. Incremento de anos de escolaridade dos responsáveis pelos domicílios	19.1. Grau de escolaridade atual dos responsáveis pelos domicílios, em número de anos de estudo 19.2. Comparar com o grau de escolaridade à época do cadastramento das famílias: % do número de responsáveis pelos domicílios que modificaram a situação original no total de responsáveis
			21. Aumento da renda média familiar	21.1. Houve aumento de renda do responsável pelo domicílio? 21.2. Outras pessoas componentes da família se inseriram no mercado de trabalho?

Fonte: Elaboração própria.

Levantando hipóteses de explicação do comportamento errático dos 13 itens mensuráveis listados acima, destaca-se que apenas um é relacionado a um descritor que avalia resultado final, segundo classificação de acordo com a estrutura lógica proposta nesta pesquisa. É o item nº 45.1, que avalia a existência de escritura registrada dos domicílios, relacionada, portanto, à dimensão “regularização fundiária”.

Sendo um descritor que avalia o resultado final, espera-se que ele seja efetivamente aferido, dada a sua relevância para a avaliação da intervenção. No entanto, o comportamento do item nº 45.1 deve ser avaliado em conjunto com os itens nº 46.1 e nº 47.1 (respectivamente existência de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) ou Contrato de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (Cuem), e de outro título que comprove a regularidade e a posse do imóvel) que compõem o indicador “documento de regularização”. Assim, revela-se a partir do comportamento do item avaliado que, em contexto de urbanização de assentamentos precários, e considerando que a avaliação é de pós-ocupação, a existência e a necessidade de comprovação de registro de escritura em Cartório de Imóveis (nº 45.1) não é tão importante, nem tão imediata, quanto a existência de qualquer outro tipo de documento de comprovação da posse do imóvel (nº 47.1) ou quanto a utilização de instrumentos de regularização fundiária, tais como a CDRU e o Cuem) (nº 46.1).

Quanto aos 12 itens mensuráveis restantes, dois são relacionados a descritores que avaliam fatores de contexto (descritor relacionado é o 12 – Presença de grupos ligados ao tráfico), e os outros 10 itens se destinam à avaliação de impactos (descritores relacionados: 12. Ocorrências de atropelamentos; 24. Melhora ou piora em relação aos indicadores aferidos no início da intervenção; 16. Estabelecimento de regras e pactos de convivência, 19. Incremento de anos de escolaridade dos responsáveis pelos domicílios). Assim, tais itens não se encontram diretamente fundamentados em produtos e resultados da própria intervenção, dependendo de inúmeros outros fatores que dificultam a aferição do item em um contexto de avaliação de pós-ocupação.

5.3.3 Quanto aos temas abordados

Ao ler os relatórios de avaliação selecionados, nos deparamos com uma deficiência importante da análise. Os relatórios mostravam e analisavam os dados de acordo com os eixos e dimensões, mas não analisavam os resultados do eixo de satisfação do morador juntamente com as informações relativas aos mesmos temas, porém coletadas por outros meios nos demais eixos. Por exemplo, ao falar sobre a melhora na infraestrutura urbana

trazida pela intervenção não analisavam também as informações sobre a satisfação do morador relativa aos serviços proporcionados pela mesma.

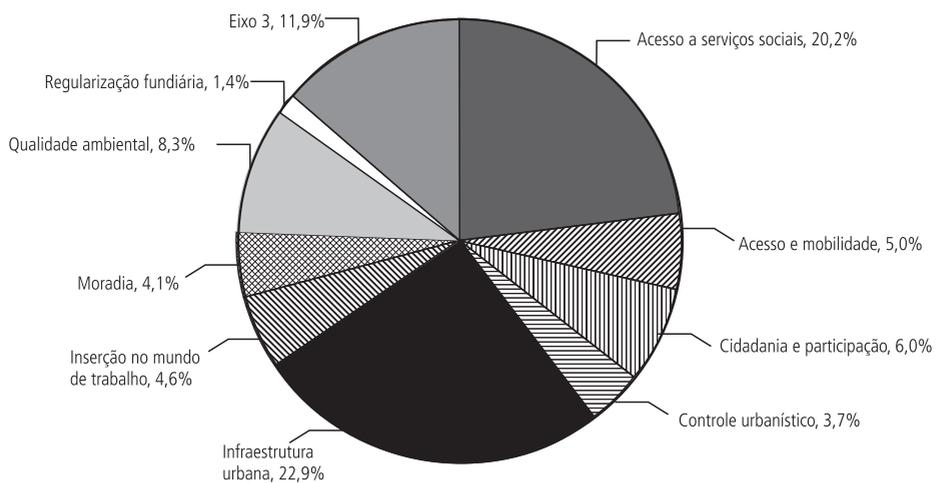
Por outro lado, notamos que em uma mesma dimensão havia itens mensuráveis que não mediam a “essência” da informação concernente àquela dimensão, ou seja, estavam relacionados à dimensão em questão, porém, cuja natureza o fariam pertencer a outra dimensão. Por exemplo, na dimensão de “acesso a serviços sociais” havia seis itens mensuráveis medindo o tempo de percurso a equipamentos sociais como escolas, creches e campos de futebol. Como esse tempo de percurso deveria ter sofrido alterações a partir das transformações causadas pelas ações da dimensão da mobilidade urbana, nos pareceu mais pertinente realocá-los para essa última dimensão.

Assim, reorganizamos os itens mensuráveis da matriz a partir de temas. Renomeamos as dimensões como “temas” para não haver confusão com as categorias propostas pelo normativo original de “dimensões”, apesar de a intenção da agrupação ser bastante semelhante. Criamos nove temas, que são as dimensões correspondentes aos eixos 1 e 2 da matriz original. As duas dimensões relativas ao eixo 3, de satisfação do morador, Moradia e serviços urbanos e Vida social e comunitária foram totalmente excluídas e os itens realocados para os temas Moradia, Cidadania e participação, Infraestrutura urbana, Acesso e mobilidade, Acesso a serviços sociais e Qualidade ambiental.

Dos 192 itens mensuráveis originais, 73 foram reorganizados. Desses, 26 correspondem aos itens do eixo de satisfação dos moradores. Os gráficos 2 e 3 ilustram a distribuição por dimensões anterior e posterior à reorganização. Nota-se o desaparecimento do eixo 3; o decréscimo de itens na dimensão Acesso a serviços sociais; a permanência do mesmo número de itens da dimensão Infraestrutura urbana; o aumento de itens em Acesso e mobilidade e Cidadania e participação.

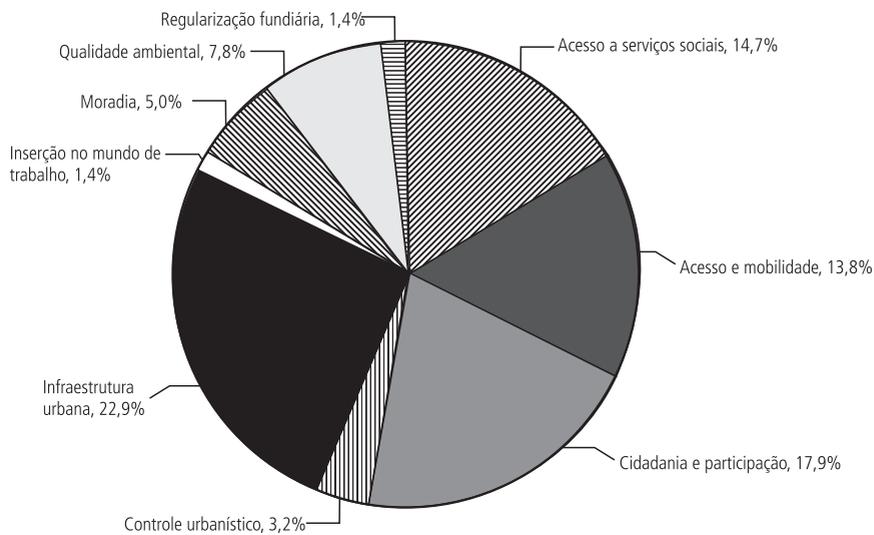
Com exceção da dimensão de regularização fundiária, todas as dimensões tiveram remanejamentos, ganhando e perdendo itens. No entanto, as de cidadania e de mobilidade, por serem as que mais cresceram, demonstram como esse tipo de informação estava muito disperso dentre as outras dimensões. Como dissemos, isto poderia ter prejudicado a análise levada a cabo na avaliação pós-ocupação, pois os relatórios examinados tenderam a analisar a Cidadania e participação no momento em que a respectiva dimensão da matriz assim o solicitava, mas não havendo retorno da análise relativa ao tema quando ele reaparecia em outra dimensão.

GRÁFICO 2
Distribuição original de itens mensuráveis na Matriz de indicadores



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 3
Distribuição final de itens mensuráveis na Matriz de indicadores após classificação dos temas abordados



Fonte: Elaboração própria.

A tabela 1 traz mais informações sobre como aconteceram os remanejamentos dos itens entre as dimensões. As colunas 1 e 2 indicam o total de itens antes e depois do remanejamento. A coluna 3 indica a quantidade de itens que originalmente não eram classificados nesse tema e depois do remanejamento passaram a ser. Já a coluna 4 indica a quantidade de itens que originalmente estavam classificados nesse tema, mas que foram remanejados. Por exemplo, apesar de a infraestrutura urbana ter mantido a mesma participação relativa, 11 dos seus 50 itens foram remanejados, a coluna 3 da tabela indica que 11 itens se destinaram a essa dimensão enquanto a coluna 4 indica que 11 itens saíram dessa dimensão para outras. Na dimensão qualidade ambiental também houve grandes mudanças, ao redor de 40% dos itens foram remanejados. Apesar de originalmente possuir 18 itens e passar a ter 17 itens, 7 dos itens originais foram remanejados para outras dimensões, enquanto 8 itens de outras dimensões se destinaram à de qualidade ambiental.

TABELA 1

Detalhamento da classificação dos itens mensuráveis da Matriz de indicadores segundo os temas abordados

	Número de itens mensuráveis		Destinação dos 73 itens que mudaram de tema	Origem dos 73 itens que mudaram de tema
	Original	Reorganização		
Acesso a serviços sociais	44	32	3	15
Acesso e mobilidade	11	30	19	0
Cidadania e participação	13	39	26	0
Controle urbanístico	8	7	2	3
Infraestrutura urbana	50	50	11	11
Inserção no mundo de trabalho	10	3	0	7
Moradia	9	11	5	3
Qualidade ambiental	18	17	7	8
Regularização fundiária	3	3	0	0
Eixo 3	26	0	0	26
Total	192	192	73	73

Fonte: Elaboração própria.

6 CONCLUSÕES

O processo de meta-avaliação descrito anteriormente – incluindo as etapas de análise dos relatórios de avaliação, e de avaliação do normativo que regulamenta a avaliação e de sua aplicação – revela algumas características que podem ser destacadas como pontos positivos do processo de avaliação, apresentadas a seguir:

- 1) A *Matriz de indicadores* teve ampla validação pelas partes interessadas, em oficinas nas quais participaram técnicos de prefeituras executoras do Programa HBB, empresas que faziam as avaliações, universidades, além de representantes do MCidades.
- 2) O normativo abrange inúmeros aspectos envolvidos na realidade na qual se quer interferir; possivelmente esgote os temas presentes nas intervenções mais típicas em assentamentos precários; e funciona, mesmo que de forma muito variável, como linha condutora de grande parte dos relatórios.
- 3) O normativo recomenda grande variedade de indicadores para avaliação das intervenções, possivelmente buscando sempre possibilitar a aferição da realidade em foco, seja por meio do uso de um ou outro indicador.
- 4) O normativo possibilita e até induz as equipes locais a construírem seus próprios meios de verificação a partir de sua apropriação da matriz, resultando em novas contribuições à formulação e à aplicação da *Matriz de indicadores* (destaca-se a possibilidade de inclusão de novos indicadores/descriptores/itens mensuráveis).

Visando ao aperfeiçoamento do processo de avaliação das intervenções em assentamentos precários, destacam-se aspectos negativos do processo em vigor atualmente, apresentados a seguir conforme sua ordem de abrangência, do processo de avaliação como um todo, para as características da *Matriz de indicadores*, em particular:

- 1) Não estão definidos o propósito e o interessado pelas avaliações que devem ser realizadas (para que e para quem), ou seja, a finalidade do processo de avaliação não está explicitada claramente nos documentos oficiais. Além disso, não são apresentados argumentos justificativos da e para a realização do processo de avaliação que contribuam para o interesse em sua execução.
- 2) Não está definida a vinculação da avaliação de pós-ocupação com a formulação/revisão da política pública, relegando cada uma das avaliações a um *isolamento*, uma situação de cumprimento do fim em si mesmo. Possivelmente como reflexo deste fato, destaca-se aqui novamente que muitos

relatórios se assemelham a documentos de prestação de contas, de término de atividades ou de conclusão da intervenção, e não constituem avaliações no sentido próprio do termo.

- 3) O normativo induz à parcialidade da avaliação, indicando que a responsabilidade da avaliação de pós-ocupação seja da equipe local executora da intervenção (ainda que seja importante que ela acompanhe o processo de avaliação, de forma que os resultados possam ser incorporados na prática da gestão e monitoramento das intervenções). A propósito da qualificação da equipe de avaliação, o normativo não indica a necessidade de que a equipe seja multidisciplinar, adequada aos diversos campos de atuação da intervenção.
- 4) Trata-se de um procedimento de avaliação de pós-ocupação que, ainda que consagrado, pode prejudicar a análise do alcance de resultados, muitos dos quais somente seriam mensuráveis decorrido tempo maior que o observado entre o término da intervenção e a aplicação da pesquisa de pós-ocupação. Assim, não fica claro o quanto as mudanças pretendidas (aferidas nos itens mensuráveis) se referem a consequências imediatas das ações do programa, ou quanto dependem de algum amadurecimento dos efeitos destas, ou quanto fazem parte da mudança pretendida, mas dependem de outros fatores.
- 5) Feita especificamente para o Programa HBB, o aproveitamento da *Matriz de indicadores* e do normativo que regulamenta sua aplicação para outros programas de urbanização de assentamentos precários fica limitado a itens financiáveis semelhantes, e por isso não atende integralmente às intervenções no âmbito do PAC, que conta com um leque de ações financiáveis bem maior, e que pode ainda incluir itens especiais por solicitação dos proponentes. Por outro lado, ao mesmo tempo em que o normativo elenca grande quantidade de aspectos envolvidos nas intervenções mais típicas em assentamentos precários, a avaliação dos exemplos de aplicação da metodologia (dos relatórios de avaliação, portanto) mostra que há questões importantes que não foram abordadas com detalhe.
- 6) A aplicação do normativo vigente não garante a qualidade dos relatórios, pois ele é vago quanto às exigências metodológicas. Desta forma, há casos em que, mesmo que a *Matriz de indicadores* seja seguida de forma estrita,

não se configuram relatórios de avaliação de qualidade, pela insuficiência ou inexistência de procedimentos e métodos; dentre as fragilidades metodológicas, destacam-se:

- a) *as desigualdades na organização da matriz em indicadores, descritores e seus conceitos* (chamados neste relatório de itens mensuráveis). Ao analisar-se a matriz, observa-se que há diferentes tipos de informação em cada categoria. Por exemplo, os níveis de informação denominados indicadores ou descritores algumas vezes indicam apenas temáticas de avaliação, ou então se referem a informações de caracterização do projeto, e não a aspectos a serem avaliados/afetados. Esta característica possivelmente é reflexo da grande diversidade de projetos de intervenção que o normativo teve que contemplar;
- b) *a mesma organização em diferentes níveis de informação acabou misturando dimensões* (chamadas neste relatório de temas) *em seu nível mais detalhado*. Assim, alguns itens mensuráveis não se referem a mudanças relacionadas às ações da dimensão a que originalmente pertenciam. Como consequência, itens mensuráveis sobre uma mesma temática aparecem repetidamente em dimensões diversas. Tal fato prejudicou a análise conjunta pelos relatórios de avaliação de todas as informações coletadas referentes a um mesmo tema;
- c) *o grande número de itens mensuráveis sugeridos pela Matriz de indicadores* (192, quase o dobro do número de descritores). Nenhuma das avaliações analisadas mensurou todos estes itens; há casos em que itens de grande relevância não foram afetados, ao mesmo tempo em que informações de baixa relevância aparecem com detalhe. Em média, as avaliações consideradas afetaram 138 itens mensuráveis, incluindo os novos criados;
- d) *a falta de definição clara dos meios de verificação na Matriz de indicadores*, incluindo definições de tipo e fonte dos dados esperados. Isto faz com que seja possível combinar informações e meios de verificação de maneira quase aleatória, ampliando em demasia as possibilidades de aferição, anulando a possibilidade de comparação entre avaliações e chegando inclusive à arbitrariedade no trato das informações. Ainda, a possibilidade dada às equipes locais para que construam seus próprios meios de verificação a partir de sua apropriação da matriz (podendo mesmo incluir novos

indicadores/descriptores/itens mensuráveis), e que foi destacada como um ponto positivo, ao mesmo tempo acaba resultando na impossibilidade de comparação de dados e na diversidade de formas de se tratar uma mesma realidade. Como exposto acima, novos itens mensuráveis foram criados – somando 71 itens aos 192 propostos pela *Matriz de indicadores* – aferidos em geral apenas pela avaliação que os criou, não tendo desta forma validade para comparação entre avaliações; e

- e) *a ausência de alguma estrutura lógica à qual esteja ancorada a matriz de avaliação* faz com que faltem informações relativas aos passos dos encadeamentos causais. Isto faz com que nem todas as informações requisitadas se refiram a ações do programa que induziriam às transformações almejadas. Assim, muitas informações medem situações que não podem ser atreladas ao sucesso/fracasso do alcance dos objetivos da intervenção, pois não fazem parte desses objetivos. Esta situação contempla tanto os descritores que são de baixa relevância (11), quanto os descritores que são dos tipos “ações complementares e viabilizadoras de resultados” e “fatores de contexto” (17).

6.1 ORIENTAÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DE POLÍTICAS

Como definido inicialmente, o processo de meta-avaliação aqui empregado tem como objetivo contribuir para o aprimoramento e aperfeiçoamento da política pública em questão. Nesse sentido, indo além das conclusões apresentadas no item anterior que se referem ao universo analisado, o Programa HBB, são apresentadas a seguir, de maneira objetiva, algumas orientações para o aprimoramento de programas e ações públicas, além de orientações específicas para a avaliação de intervenções em urbanização de favelas, neste caso, dialogando objetivamente com os normativos do PAC, em sua vertente chamada de social, na qual estão inseridas as ações de urbanização de assentamentos precários, um aprimoramento ou reforço do próprio HBB.

Essa divisão proposta tem como objetivo ressaltar as singularidades próprias de um processo de urbanização de assentamentos precários, que se constituem basicamente de ações integradas e integradoras de uma diversidade enorme de políticas públicas, que podem associar da construção de uma escadaria à construção de um sistema de transporte de grande capacidade, da ação de saneamento à construção de um posto de saúde etc.

Deve-se por fim ressaltar que as orientações partem todas da pesquisa realizada. Nesse sentido há uma correspondência clara às dificuldades enfrentadas hoje no contexto brasileiro para o planejamento, execução, monitoramento, controle e avaliação da política pública, em especial no que tange à produção de informação de base, com periodicidade e metodologia adequadas, e de maneira perene.

6.1.1 Orientações de caráter geral, para as políticas públicas

- 1) Os processos de avaliação devem, antes de ser formulados, responder para quem e para que serão utilizados.
- 2) É recomendável que a instituição de processos de avaliação seja acompanhada de justificativas para a sua realização, as quais contribuam para o interesse na sua execução, revelando os pontos positivos tanto para o contexto político, quanto técnico e social da avaliação de determinada ação, superando a ideia de que a avaliação seja apenas um sobretrabalho ou algo que resulte em críticas aos mais diversos interesses.
- 3) Dada a forte heterogeneidade dos executores de avaliações no território nacional (capacidades municipais, de empresas etc.), é necessário que os processos de avaliação sejam acompanhados de orientações claras e objetivas acerca da sua aplicação.
- 4) De modo a garantir a imparcialidade dos processos de avaliação, deve ser estimulada a formação de equipes independentes das que tiveram a responsabilidade pela execução da política, programa ou projeto.
- 5) É necessário, ou ao menos fortemente recomendável, que ao definir indicadores a serem empregados, eles sejam acompanhados da definição de fontes de informação e fórmulas de aplicação, podendo estar, ainda, referenciados a uma escala de prioridades de mensuração.
- 6) As fontes de informações devem ser previamente analisadas ao elaborar os processos de avaliação, garantindo a eles viabilidade de execução.

- 7) As informações obtidas mediante diferentes fontes devem ser analisadas conjuntamente, de forma que as conclusões dos processos avaliativos considerem sua diversidade e, assim, possam produzir análises mais consistentes.

6.1.2 Orientações de carácter específico, para as políticas de urbanização de assentamentos precários

- 1) Em função da diversidade de ações passíveis de serem executadas num processo de urbanização de assentamentos precários, identifica-se como necessário que as orientações para avaliações sigam uma estrutura temática, por exemplo, acessibilidade e mobilidade, habitação etc.
- 2) A estrutura temática deve estar claramente associada aos princípios de integração do programa que orienta a intervenção, tendo as atividades previstas, ou seja, os itens financiáveis, estímulo e meios para que sejam organizados e coordenados no território, tanto no início do processo (formulação do projeto) quanto ao final do processo (avaliação da intervenção).
- 3) A avaliação de processos de urbanização de assentamentos precários não deve prescindir de projeto urbanístico abrangente, integrado e atualizado, ainda que se reconheçam as dificuldades impostas à elaboração do projeto pela precariedade do local. Fontes alternativas de informações devem ser normatizadas e valorizadas para o processo de avaliação, como, por exemplo, a organização de quadros de composição do investimento (QCI) segundo a estrutura lógica da intervenção, assim como a elaboração de projeto como executado (*as built*).
- 4) O trabalho técnico-social, um dos pilares das intervenções em assentamentos precários, deve ser revisto à luz dos resultados e impactos efetivamente possíveis de serem associados às ações e atividades exercidas no escopo da intervenção.

REFERÊNCIAS

- BALBIM, R.; NADALIN, V.; KRAUSE, C. Urbanização de assentamentos precários: considerações acerca de avaliações. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpur, 23 a 27 de maio de 2011.
- BORUCH, R. F.; PETROSINO, A. Meta-analysis, systematic reviews, and research syntheses. In: WHOLEY, J.; HATRY, H.; KATRYN, N. **Handbook of practical program evaluation**. USA: Jossey-Bass, 2004. p. 176-203.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Habitação. **Matriz de Indicadores para Avaliação do Pós-ocupação dos Projetos Piloto de Investimento Intervenção em Favelas**. Ministério das Cidades e Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP, 204. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/pac/AVALIACaO_DE_POS_OCUPACaO.pdf>
- BUSTELO, M. **Metaevaluation as a tool for the improvement and development of the evaluation function in public administrations**. Trabalho apresentado na European Evaluation Society Conference in Seville, Oct. 2002.
- FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Como elaborar modelo lógico de programa: um roteiro básico**. Brasília: Ipea, 2007 (Nota Técnica).
- _____. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do Programa Segundo Tempo**. Brasília: Ipea, 2009 (Texto para Discussão, n. 1.369).
- FURTADO, J.; LAPERRIÈRE, H. Parâmetros e paradigmas em meta-avaliação: uma revisão exploratória e reflexiva. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Abrasco, artigo 0956, 2010.
- HANSEN, C. E.; LAWRENZ, F.; DUNET, D. O. Concurrent meta-evaluation: a critique. **American Journal of Evaluation**, v. 29, n. 4, p. 572-582, 2008.
- JCSEE. **Program Evaluation Standards Statements**. Disponível em: <http://www.jcsee.org/program-evaluation-standards/program-evaluation-standards-statements>. 2011.
- IPEA. **Intervenção sociourbanística no Complexo do Alemão: referências para futura avaliação. Brasil em desenvolvimento: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2010.
- NOGUEIRA, R.; CAVALCANTE, P. **Avaliação e monitoramento: duas experiências de institucionalização na gestão das políticas públicas no Poder Executivo brasileiro**. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 14., 2009. **Anais ...** Salvador, 27 a 30 de outubro de 2009.
- PATTON, M. **Utilization-focused evaluation: the new century text**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1997.

SCRIVEN, M. **Evaluation thesaurus**. 4. ed. Sage/USA, 1991.

STUFFLEBEAM, D. **Meta-evaluation**. 1974 (Occasional Paper Series, n. 3).

_____. The metaevaluation imperative. **American Journal of Evaluation**, v. 22, n. 2, p. 183-209, 2001.

WORTHEN, B.; SANDERS, J.; FITZPATRICK, J. Orientações práticas para fazer e usar avaliações. **Avaliação de programas: concepções e práticas**. São Paulo: EDUSP, 2004. p.597-600.

ANEXOS

ANEXO A

Matriz de critérios de avaliação, aplicada para cada relatório de avaliação de pós-ocupação de intervenção em assentamento precário disponível

Critérios de avaliação		S	N	S/I	N/A	OBS
Título do documento de avaliação:						
Informações básicas do projeto:						
Pontos fortes da avaliação:						
Pontos fracos da avaliação:						
Critérios		S	N	S/I	N/A	OBS
Utilidade						
U1	Identificação do entrevistado					
U2	Qualificação do avaliador					
U3	Alcance e seleção das informações					
U4	Identificação dos fundamentos					
U5	Clareza do relatório					
U6	Agilidade na produção e disseminação do relatório de avaliação					
U7	Consequências da avaliação					
Viabilidade						
V1	Procedimentos práticos					
V2	Viabilidade política					
V3	Custo-qualidade					
Propriedade						
P1	Orientação para os interessados					
P2	Acordos (contratos) formais					
P3	Direitos dos indivíduos					
P4	Avaliação completa e justa					
P5	Transparência na apresentação dos resultados					
P6	Explicitação de conflitos de interesses					
P7	Responsabilidade fiscal					
Precisão						
A1	Documentação da intervenção					
A2	Análise do contexto					
A3	Descrição de finalidades e procedimentos					
A4	Fontes de informações confiáveis					
A5	Informações válidas					
A6	Informações fidedignas					
A7	Informações sistemáticas					
A8	Análise das informações quantitativas					
A9	Análise das informações qualitativas					
A10	Conclusões justificadas					
A11	Relatório imparcial					

Fonte: Elaboração própria.

ANEXO B

Lista dos itens mensuráveis presentes na Matriz de indicadores do normativo de avaliação das intervenções do Programa HBB

Indicadores	Descritores	Itens mensuráveis
Eixo 1: Moradia e inserção urbana		
Dimensão: infraestrutura básica		
Abastecimento de água/ rede de eletricidade/ solução para esgotamento sanitário/iluminação pública/coleta de lixo	1. % de domicílios atendidos e adequadamente ligados aos sistemas (sobre o total de domicílios existentes na área de intervenção)	1.1 % de domicílios com acesso às redes de água.
		1.2 Com acesso às redes de água, % de domicílios conectados por ligações domiciliares adequadas.
		1.3 % de domicílios com acesso às redes de eletricidade.
		1.4 Com acesso às redes de eletricidade, % de domicílios conectados por ligações domiciliares adequadas.
		1.5 % de domicílios com a entrada iluminada (iluminação pública).
		1.6 Se vias com trechos sem acesso para domicílios, % do comprimento da via (veicular ou de pedestres) que não é iluminada.
		1.7 Sistema de esgotamento sanitário adotado.
		1.8 Se redes coletoras de esgoto, % de domicílios com acesso.
		1.9 Com acesso às redes coletoras de esgoto, % de domicílios conectados por ligações domiciliares adequadas.
		1.10 Existência de coleta domiciliar de lixo.
		1.11 % de domicílios atendidos pela coleta domiciliar de lixo.
2. Regularidade do abastecimento de água	2.1 Sistema público de abastecimento fornece água para alimentar as redes de distribuição?	
	2.2 % do tempo (por dia ou por mês) em que a água está disponível nas torneiras	
	2.3 Consumo domiciliar, em litros/morador/mês.	
3. Frequência, suficiência de pontos de coleta e adesão à coleta pública de lixo	3.1 Sistema adotado (domiciliar ou não).	
	3.2 Frequência (dias/semana) do recolhimento do lixo.	
	3.3 Distância máxima entre domicílio e ponto de depósito coletivo (caçamba ou outro).	
	3.4 % de domicílios cujo morador tem que andar mais de 150 m para depositar o lixo.	
	3.5 Presença de lixo acumulado nos domicílios ou disposto inadequadamente (espaços públicos, lagos, córregos etc.).	
4. Manutenção dos sistemas	4.1 Manutenção (vazamentos, extravasamentos, ligações inadequadas visíveis?) abastecimento de água.	
	4.2 Manutenção (vazamentos, extravasamentos, ligações inadequadas visíveis?) esgotamento sanitário.	
	4.3 Tamponamento eficiente de poços de visita das redes.	
	4.4 Tamponamento eficiente das foças sépticas e sumidouros, quando houver.	
	4.5 Manutenção (ligações inadequadas visíveis?) distribuição de energia elétrica.	
	4.6 Manutenção (ligações inadequadas visíveis?) iluminação pública.	
	4.7 Estado das fiações.	
	4.8 Existência de lâmpadas.	
	4.9 Manutenção das luminárias do sistema de iluminação pública.	
	4.10 Manutenção dos recipientes e do local da coleta de lixo, quando houver.	
5. Ligações clandestinas	5.1 Ligações clandestinas de água.	
	5.2 Ligações clandestinas de energia elétrica.	
	5.3 Lançamentos inadequados de esgotos na rede de drenagem ou em outros pontos.	
Drenagem pluvial e fluvial	6. Manutenção dos sistemas	6.2 Existência de problemas de manutenção do sistema de drenagem pluvial (entupimento/assoreamento dos componentes; erosão/buracos junto a sargetas, sargetões, grelhas, bueiros, bocas de lobo, escadas hidráulicas; ausência ou má conservação de grelhas e tampas de poços de visita).
		6.3 Existência de problemas de manutenção do sistema de drenagem fluvial (erosão das margens e lixo lançado nos corpos d'água).

(continua)

(continuação)

Indicadores	Descritores	Itens mensuráveis	
Eixo 1: Moradia e inserção urbana			
Dimensão: infraestrutura básica			
Drenagem pluvial e fluvial	7. Alagamento/inundação	7.1 Ocorrência de pontos de alagamento/inundação decorrentes da insuficiência (capacidade inferior às necessidades de escoamento), má execução (tal como nivelamento em desacordo com o projeto) ou má conservação dos sistemas de drenagem.	
		7.2 Frequência das ocorrências.	
	8. Processos erosivos / assoreamento	8.1 Ocorrência de processos erosivos (sulcos e buracos no leito viário ou solapamento de margens e assoreamento de córregos).	
Vias veiculares	9. % de vias pavimentadas	9.1 % de vias pavimentadas sobre o total da metragem linear de vias veiculares.	
		10. % de vias com calçadas (passeios)	10.1 % de vias com calçadas (passeios) sobre o total da metragem linear de vias veiculares (pavimentadas ou não).
			10.2 % calçadas em apenas um lado da via.
		10.3 % calçadas com menos de 0,80 m de largura.	
	11. Manutenção das vias veiculares	11.1 Ocorrência de problemas de manutenção (lixo; buracos; sulcos; recalques; descontinuidade de nível entre o leito e as sarjetas, sarjetões, grelhas, bueiros, bocas de lobo ou poços de visita).	
		11.2 Associação do problema ao tipo de tratamento de via (pavimentada asfalto, concreto, blocos, paralelepípedo) ou não (com ou sem cascalhamento).	
12. Ocorrências de atropelamentos	12.1 Frequência de atropelamentos.		
	12.2 Tipo de ocorrências.		
	12.3 Indicação de possíveis causas (ausência de sinalização, trechos com tráfego forçado em marcha-ré devido à insuficiência de largura para manobra de veículos etc.).		
Vias pedestres	13. % de vias com menos de 1,5m de largura	13.1 % de vias com menos de 1,5m de largura sobre o total da metragem linear das vias de pedestres, pavimentadas ou não.	
	14. % de vias pavimentadas	14.1 % de vias pavimentadas sobre o total da metragem linear das vias de pedestres	
	15. Manutenção e limpeza	15.1 Presença de buracos, lixo, detritos, entulho, obstruções (por edificações irregulares, estacionamento de bicicletas e motos etc.).	
Dimensão: mobilidade urbana			
Acessibilidade e mobilidade	16. Oferta de transporte público	16.1 Existência de ponto de ônibus situado dentro da área da intervenção ou entorno	
	17. Tempo de percurso entre moradia e ponto de ônibus	17.1 % de moradores que gastam mais de 15 min. de caminhada no percurso entre a moradia e o ponto de ônibus.	
	18. Regularidade do transporte	18.1 Transporte coletivo cumpre horários?	
		18.2 Frequência atende as necessidades dos moradores?	
	19. % de domicílios sem acesso por veículos utilitários, ambulância, viatura	19.1 % sobre o total de domicílios da área da intervenção sem acesso por veículos utilitários, ambulância, viatura (acesso por escadarias, ou vielas estreitas, ou muito íngremes, ou em péssimo estado de conservação).	
	20. % de domicílios com acesso apenas por escadarias	20.1 % de domicílios sobre o total de domicílios da área da intervenção com acesso apenas por escadarias.	
	21. % de escadarias e pontes sem corrimão	21.1 % da extensão total (em m lineares) de escadarias, passarelas e pontes que não apresentam corrimão (ou guarda-corpo).	
	22. Rebaixamento de calçadas em pontos de travessia	22.1 Existência de rotas contínuas que permitam às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, circular confortavelmente entre o domicílio, os equipamentos e serviços públicos.	
		22.2 % dos pontos de travessia das vias veiculares que apresentam rebaixamento das calçadas.	
23. Equipamentos comunitários adaptados a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	23.1 Existência de rampas com corrimão nos locais de acesso aos equipamentos.		
	23.2 Existência de portas, corredores, sanitários e vestiários com dimensões adequadas para pessoas em cadeiras de rodas.		

(continua)

(continuação)

Indicadores	Descritores	Itens mensuráveis
Eixo 1: Moradia e inserção urbana		
Dimensão: qualidade ambiental		
Qualidade da água de rios e lagos	24. Melhora ou piora em relação aos indicadores aferidos no início da intervenção	24.1 Qualidade da água melhorou ou piorou em relação à situação anterior à intervenção? (repetir as análises realizadas naquela ocasião, e comparar resultados).
	Áreas verdes e áreas de lazer	25. % de áreas com cobertura vegetal
26. % de áreas públicas equipadas para esporte e lazer ao ar livre		26.1 % de áreas públicas descobertas, equipadas e destinadas para atividades de esporte e lazer (com cobertura vegetal e pavimentadas), sobre o total da área da intervenção.
27. % de vias arborizadas		27.1 % de vias arborizadas sobre o total da metragem linear das vias existentes na área da intervenção (vias veiculares + vias de pedestres).
28. Manutenção/ conservação da vegetação e das áreas de esporte e lazer		28.1 Sinais de má conservação ou depredação nas áreas de esporte e lazer e nas áreas verdes em geral (disposição inadequada de lixo; brinquedos, bancos e equipamentos de esporte quebrados; mutilação da vegetação; pichações etc.).
Destinação de esgotos/ destinação de águas pluviais	29. Destinação, segundo padrões para o local e de acordo com o projeto aprovado	29.1 Disposição final de esgotos, quando incluída, está de acordo com o que estava previsto na aprovação do projeto da intervenção, de forma a não acarretar rebaixamento de classe do corpo d'água receptor, conforme classificação da Resolução Conama vigente?
		29.2 Drenagem de águas pluviais: adotadas as medidas previstas em projeto, tais como dissipadores e lagoas de reservação, para evitar problemas de inundações a jusante da área de intervenção?
Destinação de lixo	30. Indicação da destinação	30.1 Destinação que está sendo dada ao lixo coletado na área da intervenção (reciclagem + disposição em aterro sanitário; disposição em lixão; incineração etc.).
Áreas de preservação permanente (APP)/ encostas e áreas de risco geotécnico potencial/ áreas de servidão	31. Ocupação em desacordo com a situação prevista no projeto	31.1 Ocorrência de novas ocupações em APPs, encostas, áreas de risco geotécnico potencial e faixas de servidão, em desacordo com a situação prevista no projeto aprovado
		31.2 Número de domicílios das ocorrências acima listadas.
	32. Situação dos projetos de revegetação	32.1 Projetos de recomposição vegetal executados estão se desenvolvendo de acordo com os resultados esperados?
		32.2 Existência de problemas, tais como plantios/semeaduras que não pegaram ou ocorrência de novas degradações.
	33. Ocorrência de deslizamentos ou desmoronamentos	33.1 Ocorrência de deslizamentos ou desmoronamentos.
		33.2 Extensão de deslizamentos ou desmoronamentos (em área, domicílios e número de pessoas atingidas).
	34. Existência de controle das áreas de risco potencial	34.1 Realização de monitoramento permanente das áreas de risco e/ou inadequadas para a ocupação, que foram desocupadas ou objeto de ações mitigadoras?
34.2 Condições em que se realiza o monitoramento.		
34.3 Monitoramento articulado a serviço público de Defesa Civil?		
35. Manutenção das estruturas de contenção executada	35.1 Estado de manutenção das estruturas de contenção executadas.	
Dimensão: moradia		
Adequada às funções básicas da unidade	36. % de domicílios com mais de 3 pessoas por dormitório	36.1 % de domicílios que apresentam mais de 3 moradores por dormitório sobre o total de domicílios da área da intervenção (número de moradores por domicílio/nº de cômodos utilizados como dormitório).
	37. % de domicílios com sinais de umidade e/ou rachaduras	37.1 % de domicílios que apresentam no mínimo um destes sinais, sobre o total de domicílios da área da intervenção.

(continua)

(continuação)

Indicadores	Descritores	Itens mensuráveis
Eixo 1: Moradia e inserção urbana		
Dimensão: moradia		
Adequação às funções básicas da unidade	38. % de domicílios sem ventilação e iluminação direta nos cômodos	38.1 Sobre o total de domicílios da área da intervenção, % de domicílios que não apresentam condições mínimas (de acordo com padrões locais ou legislação local aplicável: código de obras/legislação especial para habitação de interesse social) de aeração e ventilação direta dos cômodos (quartos, salas, cozinhas e banheiros), por meio de janelas abertas para espaços descobertos internos aos próprios lotes ou pertencentes aos logradouros públicos.
	39. % de domicílios que executaram melhorias na unidade, de acordo com o projeto aprovado	39.1 % de domicílios que executaram melhorias sobre o total de domicílios da área da intervenção (ampliações e reformas, executadas pelos moradores, de acordo com o projeto aprovado e/ou parâmetros urbanísticos vigentes para o local).
	40. % de domicílios com evidências de cuidado estético	40.1 % de domicílios com sinais de valorização da moradia pelos moradores, através de cuidados estéticos (pintura das paredes e aberturas, manutenção de pequenos jardins, floreiras, cortinas e outros detalhes decorativos) sobre o total de domicílios da área da intervenção.
Adequação às funções das áreas comuns dos conjuntos multifamiliares	41. Existência de espaço comum para reuniões	41.1 Existência de espaço de uso comum dos moradores do prédio ou conjunto multifamiliar, destinado a reuniões ou outras atividades.
	42. Desvio de uso e apropriação privada dos espaços de uso comum	42.1 Espaços de uso comum, tais como sala de reuniões, jardim, ou playground apresentam uso diferente do previsto, tendo sido cercados indevidamente e/ou apropriados por alguns moradores para uso como estacionamento ou atividades comerciais?
	43. Limpeza e manutenção das áreas e equipamentos comuns	43.1 Estado de manutenção e limpeza das áreas e equipamentos comuns nos empreendimentos multifamiliares (escadas, corredores, jardim, sala de reuniões etc.) com destaque para equipamentos especiais como caixa d'água, bomba da caixa d'água, extintores de incêndio e pára-raios.
Permanência das famílias/ repasse das unidades	44. % de famílias que não constam do cadastro elaborado no início da intervenção	44.1 % de domicílios que foram transferidos para outros moradores, comparando nomes dos responsáveis pelos domicílios atuais com o cadastro de moradores elaborados no início do projeto.
Dimensão: regularização fundiária		
Documento de regularização	45. Escritura registrada	45.1 % de domicílios sobre o total da área da intervenção que possuem escritura do domicílio registrada no Cartório de Registro de Imóveis.
	46. Título de concessão direito real de uso ou de concessão de uso especial para fins de moradia	46.1 % de domicílios sobre o total da área da intervenção que possuem títulos de CDRU ou de Cuem de lotes localizados em áreas públicas.
	47. Outro título registrado ou registrável, que comprove a regularidade urbanística e da posse do imóvel	47.1 % de domicílios sobre o total da área da intervenção que possuem outro tipo de título registrado ou registrável, que comprove a regularidade ou a possibilidade de regularização da posse do imóvel.
Dimensão: controle urbanístico		
Uso e ocupação de acordo com o projeto aprovado	48. Conservação dos espaços e equipamentos públicos	48.1 Estado de conservação dos equipamentos e áreas públicas, verificando a eventual presença de lixo acumulado, pichações, uso inadequado, mal funcionamento e destruição de equipamentos (locais e tipos de problemas mais frequentes).
	49. Controle da apropriação privada dos espaços públicos	49.1 Presença de novas edificações e ampliações dos domicílios que estejam invadindo os espaços públicos de vias, vielas, praças, escadarias, bem como o uso não previsto desses espaços para comércio, estacionamento de veículos etc.?
		49.2 Tipos de ocorrências mais frequentes.
Uso e ocupação de acordo com a legislação urbanística	50. Ampliações, novas edificações ou mudanças de uso, em desacordo com a legislação urbanística incidente (geral ou específica)	49.3 Locais de ocorrência.
		50.1 Novas edificações, ampliações e mudanças de uso dos imóveis estão de acordo com as normas? (legislação urbanística incidente sobre a área da intervenção: geral do município ou aprovada legislação específica para a área com base na criação de zonas especiais de interesse social).
		50.2 Irregularidades mais frequentes.

(continua)

(continuação)

Indicadores	Descritores	Itens mensuráveis
Eixo 1: Moradia e inserção urbana		
Dimensão: controle urbanístico		
Uso e ocupação de acordo com a legislação urbanística	51. Instâncias de acolhimento e respostas a reclamações de vizinhança	51.1 Existência de serviço público organizado para receber reclamações dos moradores, relacionadas com o não cumprimento da legislação urbanística ou com o mau uso dos espaços públicos na área da intervenção.
		51.2 Existência de associação comunitária que acolha essas reclamações.
Eixo 2: Inclusão social		
Dimensão: acesso a serviços sociais públicos		
Oferta e uso dos equipamentos e serviços de educação, saúde, esporte, lazer, cultura e assistência social	1. Oferta de serviços públicos, próxima à área ou na área do projeto	1.1 Existência de escolas públicas próximas à área de implantação do projeto ou no entorno.
		1.2 Acesso e disponibilidade das escolas públicas em termos de respostas às demandas (horário de atendimento, vagas disponíveis).
		1.3 Tempo de percurso para acesso às escolas públicas.
		1.4 Existência de creches municipais próximas à área de implantação do projeto ou no entorno.
		1.5 Acesso e disponibilidade das creches municipais em termos de respostas às demandas (horário de atendimento, vagas disponíveis).
		1.6 Tempo de percurso para acesso às creches municipais .
		1.7 Existência de unidades básicas de saúde próximas à área de implantação do projeto ou no entorno.
		1.8 Acesso e disponibilidade das unidades básicas de saúde em termos de respostas às demandas (horário de atendimento, vagas disponíveis).
		1.9 Tempo de percurso para acesso às unidades básicas de saúde.
		1.10 Existência de quadras de esporte/campos de futebol próximos à área de implantação do projeto ou no entorno.
		1.11 Acesso e disponibilidade das quadras de esporte/campos de futebol em termos de respostas às demandas (horário de atendimento, vagas disponíveis).
		1.12 Tempo de percurso para acesso às quadras de esporte/campos de futebol.
		1.13 Existência de bibliotecas próximas à área de implantação do projeto ou no entorno.
		1.14 Acesso e disponibilidade das bibliotecas em termos de respostas às demandas (horário de atendimento, vagas disponíveis).
		1.15 Tempo de percurso para acesso às bibliotecas.
		1.16 Existência de posto policial próximo à área de implantação do projeto ou no entorno.
		1.17 Acesso e disponibilidade do posto policial em termos de respostas às demandas (horário de atendimento, vagas disponíveis).
		1.18 Tempo de percurso para acesso ao posto policial.
	2. Existência de equipamentos coletivos geridos pelos moradores	2.1 Existência de centros comunitários e outros equipamentos na área do projeto.
		2.2 Formas de uso dos equipamentos (caráter público ou privado).
		2.3 Distribuição das responsabilidades entre os moradores na gestão dos equipamentos.
		2.4 Constituição de um fundo social comunitário.
		2.5 Mecanismos de segurança para garantir a utilização transparente dos recursos.
	3. Funcionamento e manutenção dos serviços na área do projeto	3.1 Rede de serviços sociais existente atende à demanda da população na área do projeto?
		3.2 Investimentos públicos na manutenção desses serviços?
	4. % de crianças fora do ensino fundamental	4.1 % de crianças fora do ensino fundamental sobre o total de crianças cadastradas na faixa etária de 4 a 14 anos.
	5. % de crianças sem acesso a creches	5.1 % de crianças que não frequentam creches (municipais ou particulares) sobre o total de crianças cadastradas de 0 a 3 anos.
	6. % de jovens inseridos em atividades de esporte, lazer e cultura	6.1 % de jovens na faixa etária de 14 a 24 anos, inseridos em atividades institucionais de esporte, lazer e cultura sobre o total de jovens cadastrados.

(continua)

(continuação)

Indicadores	Descritores	Itens mensuráveis		
Eixo 2: Inclusão social				
Dimensão: acesso a serviços sociais públicos				
	7. % de moradores que são atendidos por serviços de saúde pública	7.1 Oferta de equipamentos de saúde na área de abrangência do projeto. 7.2 % de moradores inscritos na rede de saúde pública sobre o total de moradores cadastrados. 7.3 % de moradores atendidos na rede de saúde pública sobre o total de moradores cadastrados.		
Comunicação e acesso à informação	8. Existência de telefone, correio, canais comunitários de informação, internet	8.1 Existência de telefones públicos. 8.2 Existência de agência de correios. 8.3 Acesso público à internet. 8.4 Existência de rádio comunitária.		
	9. Conhecimento das ações do poder público	9.1 População é consultada sobre as ações do poder público a serem implementadas na área do projeto e no entorno? 9.2 Participação dos moradores em audiências públicas, assembleias? 9.3 Mecanismos existentes para acesso à informação das ações do poder público?		
	10. Existência de CEP para uso da população	10.1 Existência de número de CEP para a população.		
	Segurança pública	11. Ocorrência de assaltos e outras formas de violência na área de intervenção	11.1 Ocorrência de assaltos e outras formas de violência na área de intervenção.	
12. Presença de grupos ligados ao tráfico		12.1 Presença de grupos ligados ao tráfico. 12.2 Existência de formas de pressão desses grupos sobre a população.		
13. Presença de policiamento		13.1 Existência de Base Comunitário de Policiamento próximo à área de intervenção. 13.2 Presença de policiamento na área de intervenção.		
Dimensão: Cidadania e participação				
Organização dos moradores	14. Existência de organização local dos moradores	14.1 Existência de organização local. 14.2 Independentes dos órgãos públicos?		
	15. Participação em grupos de interesse (formais, informais, por segmentos, etc.)	15.1 Existência de organizações comunitárias (formais ou informais). 15.2 Formas autônomas de organização (grupo de mulheres etc.). 15.3 Conquistas dos moradores diante de reivindicações feitas ao poder público. 15.4 Articulações com outros grupos externos ao projeto. 15.5 % de moradores participantes das assembleias e reuniões. 15.6 Caráter da participação que é assegurado à população: consultivo ou deliberativo.		
		16. Estabelecimento de regras e pactos de convivência	16.1 Existência de regras e pactos de convivência. 16.2 Formas pelas quais os pactos foram acordados. 16.3 Grau de aceitabilidade das regras e pactos de convivência: % de cumprimento das regras e pactos.	
			17. Participação de representantes da organização local em instâncias de controle social como conselhos, fóruns etc.	17.1 Existência de conselhos gestores ou de outros espaços públicos de participação e representação dos moradores frente ao poder público. 17.2 Grau de controle da população sobre o poder público com vistas à garantia do acesso e manutenção dos serviços sociais e urbanos.
				Dimensão: inserção no mundo de trabalho
	18. Incremento dos responsáveis pelos domicílios inseridos no mercado de trabalho	18.1 Existência de mudanças relativas às oportunidades de trabalho: % de respostas positivas no total de famílias moradoras.		
	19. Incremento de anos de escolaridade dos responsáveis pelos domicílios	19.1 Grau de escolaridade atual dos responsáveis pelos domicílios, em número de anos de estudo. 19.2 Comparar com o grau de escolaridade à época do cadastramento das famílias: % do número de responsáveis pelos domicílios que modificaram a situação original no total de responsáveis.		

(continua)

(continuação)

Indicadores	Descritores	Itens mensuráveis
Eixo 1: Moradia e inserção urbana		
Dimensão: qualidade ambiental		
	20. Incremento de formas de geração de renda (cursos, atividades etc.)	20.1 Existência de ações integradas com outras instituições (públicas ou privadas) para projetos de capacitação e qualificação profissional 20.2 Informações sobre a demanda por mão de obra na área de abrangência do projeto 20.3 Existência de demanda por qualificação na área do projeto
	21. Aumento da renda média familiar	21.1 Houve aumento de renda do responsável pelo domicílio? 21.2 Outras pessoas componentes da família se inseriram no mercado de trabalho?
	22. % de famílias que recebem recursos provenientes de programas de transferência de renda	22.1 % de famílias inseridas em programas de transferência de renda do total de famílias moradoras no projeto
	23. % de famílias com atraso no pagamento dos encargos com moradias	23.1 % de famílias com atraso maior que três meses nos pagamentos dos encargos com a moradia
Eixo 3: Satisfação do morador		
Dimensão: moradia e serviços urbanos		
Iguais aos descritores	1. Abastecimento de água 2. Esgotamento sanitário 3. Coleta de lixo 4. Varrição 5. Iluminação Pública 6. Rede de eletricidade 7. Acesso de veículos 8. Acesso de pedestres 9. Acesso a serviços e equipamentos sociais 10. Acesso a meio de transporte público 11. Acesso aos locais de comércio e serviços 12. Acesso ao trabalho 13. Acesso à escola 14. Segurança pública 15. Paisagem e estética da área 16. Inundações; alagamentos 17. Riscos geotécnicos 18. Adequação da unidade às necessidades da família	Avaliação do morador sobre a situação atual e comparativamente com a situação existente antes da mudança para o projeto.
Dimensão: vida social e comunitária		
Economia familiar	19. Economia familiar	
Sociabilidade	20. Relações familiares e de vizinhança	Avaliação do morador sobre o impacto do projeto nas relações familiares e de vizinhança e comparativamente com a situação existente antes da mudança para o projeto.
	21. Grupos de convivência	Avaliação do morador sobre o impacto do projeto nos grupos de convivência e comparativamente com a situação existente antes da mudança para o projeto.
	22. Espaços de participação	Avaliação do morador sobre o impacto do projeto nos espaços de participação e comparativamente com a situação existente antes da mudança para o projeto.

(continua)

(continuação)

Dimensão: vida social e comunitária		
Diálogo com o poder público	23. Diálogo com o poder público	Avaliação do morador sobre as formas e qualidade de diálogo com o poder público.
Apropriação das melhorias na moradia e na área de intervenção	24. Estética da moradia	Avaliação do morador sobre a estética/apresentação da moradia.
	25. Participação dos moradores na conservação dos equipamentos	Avaliação do morador sobre a participação dos moradores na conservação dos equipamentos.
	26. Adesão às regras e pactos de convivência	Avaliação do morador sobre a adesão às regras e pactos de convivência.

Fonte: Elaboração própria.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Eliezer Moreira

Elisabete de Carvalho Soares

Fabiana da Silva Matos

Lucia Duarte Moreira

Luciana Nogueira Duarte

Míriam Nunes da Fonseca

Editoração

Roberto das Chagas Campos

Aeromilson Mesquita

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Carlos Henrique Santos Vianna

Maria Hosana Carneiro Cunha

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Tiragem: 500 exemplares

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

